

ACILINA DA SILVA CANDEIA



DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM

**O PAPEL DO PROFESSOR AO
DETECTAR ALUNOS COM SUAS
DIFICULDADES NOS ANOS INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL**



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

ACILINA DA SILVA CANDEIA



DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM

**O PAPEL DO PROFESSOR AO
DETECTAR ALUNOS COM SUAS
DIFICULDADES NOS ANOS INICIAIS
DO ENSINO FUNDAMENTAL**



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

Conselho Editorial

Abas Rezaey

Izabel Ferreira de Miranda

Ana Maria Brandão

Leides Barroso Azevedo Moura

Fernado Ribeiro Bessa

Luiz Fernando Bessa

Filipe Lins dos Santos

Manuel Carlos Silva

Flor de María Sánchez Aguirre

Renísia Cristina Garcia Filice

Isabel Menacho Vargas

Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Candeia, Acilina da Silva

Distúrbios de aprendizagem [livro eletrônico] : o papel do professor ao detectar alunos com suas dificuldades nos anos iniciais do ensino fundamental / Acilina da Silva Candeia. -- João Pessoa, PB : Periodicojs, 2024.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-6010-055-8

1. Aprendizagem 2. Distúrbios de aprendizagem
3. Ensino fundamental 4. Psicopedagogia educacional
I. Título.

24-189607

CDD-370.1523

Índices para catálogo sistemático:
1. Aprendizagem : Dificuldades : Contexto
psicopedagógico : Educação 370.1523
Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Obra sem financiamento de órgão público ou privado. Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Teses e Dissertações na America Latina da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

PREFÁCIO

A coleção de ebooks intitulada de Humanas em Perspectiva tem como propósito primordial a divulgação e publicação de trabalhos de qualidade nas áreas das ciências humanas que são avaliados no sistema duplo cego.

Foi pensando nisso que a coleção de ebooks destinou uma seção específica para dar ênfase e divulgação a trabalhos de professores, alunos, pesquisadores e estudiosos das áreas das ciências humanas. O objetivo dessa seção é unir o debate interdisciplinar com temas e debates específicos da área mencionada. Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área da ciências humanas.

Esse novo ebook produzido pela pesquisadora

Acilina da Silva Candeia apresenta a relevância do trabalho em parceria do professor e família para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes com distúrbios do aprendizado.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs

Sumário



INTRODUÇÃO

9

Capítulo 1

DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM: CONCEITOS
BÁSICOS

14

Capítulo 2

O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE AOS
DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM

105

Capítulo 3

O PAPEL DA FAMÍLIA DIANTE DOS DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM

143

Considerações Finais

194

Referências Bibliográficas

200



INTRODUÇÃO

Aprendizagem é um processo que acontece de forma gradual, em que o aluno vai aprendendo pouco a pouco, conforme a estimulação que ele recebe do ambiente onde habita, porém, quando falta o estímulo, poderá acarretar problemas na sua aprendizagem, como os distúrbios.

Distúrbios é uma perturbação ou alteração no comportamento de uma pessoa. Sendo assim, distúrbios são problemas ou dificuldades no processo de ensino-aprendizagem, que são perturbações de origem biológica, neurológica, intelectual, psicológica, socioeconômica ou educacional encontrada em alunos que estão inseridos nas escolas do ensino regular que vêm se tornando um problema para a sua aprendizagem.

Diante do exposto, o presente estudo aborda o tema Distúrbios de Aprendizagem: o papel do professor ao detectar alunos com suas dificuldades nos anos iniciais do ensino fundamental, tendo a finalidade primordial, refletir sobre o papel do professor ao detectar alunos que apresentam distúrbios de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental. Outros elementos que subsidiam o

objetivo geral são os seguintes: abordar os distúrbios que dificultam a aprendizagem do aluno, identificar atividades de reabilitação para o professor desenvolver com os alunos com distúrbios de aprendizagem e apontar o comportamento dos alunos no seu convívio familiar.

Buscaram-se subsídios em autores como: (Valett, 1977), (Drouet, 1990), (Oliveira, 2000), (José e Coelho, 2004), (Rotta, Ohlweiler e Riesgo, 2006) entre outros. Nessa perspectiva, o presente estudo é resultado de uma pesquisa do tipo bibliográfica de abordagem qualitativa.

O estudo é de suma importância para que o professor na sua atuação enquanto facilitador da aprendizagem conheça os distúrbios que dificultam a aprendizagem do aluno. O conhecimento dos distúrbios tem sua relevância no que servirá de contribuição na observação ao aluno para o seu acompanhamento em vista da sua reabilitação. Nesse contexto, o acompanhamento acontecerá de forma multidisciplinar, partindo da iniciativa do professor que indicará os demais profissionais.

Na primeira seção trata-se dos distúrbios

de aprendizagem abordando seus conceitos básicos, complementada por três subseções, sendo: transtornos da linguagem escrita- Dislexia; Transtorno específico da habilidade em matemática – Discalculia e Transtorno de déficit de atenção / hiperatividade – TDAH, explanando definições e diagnósticos, explicitando o conhecimento dos distúrbios citados.

Em uma segunda seção, falar-se-á sobre o papel do professor diante dos distúrbios de aprendizagem, retratando nas três subseções: a sensibilização do professor diante dos distúrbios de aprendizagem; das intervenções escolares no tratamento dos distúrbios de aprendizagem e das atividades que ajudam na reabilitação da criança com distúrbios de aprendizagem.

A terceira seção aponta para o papel da família diante dos distúrbios de aprendizagem, compreendida pelas duas subseções que são; conhecendo o comportamento do aluno no seu convívio familiar, que pode ocorrer por meio de relatos dos pais e interação com a família, e na segunda subseção, são as intervenções de parceria entre família x

escola no tratamento dos distúrbios de aprendizagem.

De acordo com Rozek e Serra (2015) para intervir na problemática do sujeito é necessário investigar as causas que o conduziram ao não aprender através da análise e da compreensão das relações que estabelece com o meio em que vive.

A conduta e as atitudes dos pais quanto ao afeto e limite trazem consequências muito importantes na educação e formação do caráter dos filhos. A falta de estrutura em casa e as preocupações com a insegurança financeira resultam em uma instabilidade emocional que leva a problemas em sala de aula. Estes fatores, acrescentados aos conflitos dos pais, dificultam para a criança manter seus pensamentos voltados para a escola (SOUSA, 2012).

Espera-se contribuir com os profissionais interessados no tema abordado que visam proporcionar aos seus alunos uma melhor aprendizagem.

Aprendizagem é um processo contínuo que gradativamente o aluno vai adquirindo mediante o estímulo que lhe é dado pelo o ambiente em que vive, podendo ser para ele um grande incentivo no desenvolvimento da sua aprendizagem. A escola, a família e o ambiente social precisam estimular o aluno, lhe proporcionando um avanço no seu processo de ensino-aprendizagem. Com isso, quando o aluno não é estimulado pelo ambiente que estuda e reside poderá acarretar um bloqueio na aprendizagem, pois a motivação garante ao aluno um bom resultado na aquisição do conhecimento e no desenvolvimento de diversas habilidades. Dessa forma, o processo de aprendizagem sofre alterações e bloqueios provocados por fatores, que estão relacionados à área intelectual, psicomotor, físico e social do aluno.

Fatores que estão relacionados ao ambiente, fatores orgânicos englobando a saúde física, falta de integridade neurológica, alimentação inadequada e fatores psicológicos, como a inibição, fantasia, ansiedade, angústia, inadequação à realidade, sentimentos de rejeição, dentre outros, servem

como barreiras no aprendizado do aluno, acarretando problemas como, dificuldade ou distúrbio de aprendizagem.

Entende-se que distúrbio de aprendizagem é uma perturbação ou alteração no comportamento de uma pessoa dificultando seu processo de ensino-aprendizagem. (DROUET, 1990)

Detecta-se nas escolas do ensino fundamental nos anos iniciais, situações de um grande índice de fracasso escolar no processo de ensino-aprendizagem, em que são detectados alunos com distúrbios de aprendizagem necessitados de um olhar especial. Sendo que os professores precisam ser preparados para lidar com os distúrbios apresentados pelos alunos e que estão relacionados a sua aprendizagem.

Os distúrbios específicos da aprendizagem estão relacionados à aquisição da leitura, escrita e lógica Matemática, os quais são nítidos nas salas de aula do ensino fundamental nos anos iniciais e que por vezes o professor se depara com tal situação e releva como sendo um problema normal. No entanto, ressalta-se a importância do

aprofundamento teórico no que diz respeito ao conhecimento do que seja distúrbio e quais são os que estão presentes nos alunos. Os distúrbios de aprendizagem presentes nos alunos referentes à aprendizagem da leitura, escrita e cálculo são os seguintes: dislexia, TDAH e Discalculia.

Segundo Drouet (1990, p.170): “Distúrbios de aprendizagem são problemas apresentados por crianças que, apesar de serem normais física e mentalmente e até serem dotadas de inteligência um pouco acima da média, têm dificuldade de aprender a ler e escrever”.

Diante disso, se faz necessário uma aguçada percepção para detectar a dificuldade do aluno, pois este, por sua vez, se apresenta sadio mental e fisicamente e até de uma boa inteligência, porém mostrando um fracasso escolar.

Para tanto, compreende-se que a aprendizagem do aluno está comprometida e que o conhecimento dos distúrbios precisa acontecer pelos professores, eficazmente em vista do aprendizado do aluno.

Transtornos da linguagem escrita – dislexia

Diante de alunos com inteligência normal, mas com incapacidade de ler e escrever sem conseguir reconhecer e compreender as palavras, a expressão dislexia, que era conhecida como cegueira verbal quando era encontrado paciente com dificuldades na aquisição da linguagem escrita.

Segundo Oliveira (2000, p. 205)

Dislexia é um distúrbio de leitura, escrita e fala ao nível de soletração com deficiência de aprendizagem. A incidência da dislexia é de 5 a 10% e são mais frequentes em meninos que meninas [...] A dislexia é familiar, hereditária. Cerca de 35 a 40% dos parentes de primeiro grau são acometidos. A transmissão é poligênica. Poderia ser ligada aos cromossomos 15 e 6.

Conforme afirma o autor, os alunos disléxicos demonstram dificuldades para ler, escrever e falar, apresentando incapacidade para soletrar, acarretando

deficiência no desenvolvimento da sua aprendizagem. Os casos de dislexia têm maior probabilidade em indivíduos do sexo masculino, como tem sido encontrado nas escolas regulares do ensino fundamental dos anos iniciais e nas equipes multidisciplinares que trabalham com alunos portadores deste distúrbio. A equipe multidisciplinar é formada pelos especialistas, como o Psicólogo, Psicopedagogo, Neurologista e Fonoaudiólogo. Na dimensão familiar e hereditária há um fator biológico, podendo ocorrer em outros membros da família, quando cerca de 35% a 40% dos parentes são afetados, herdando em cerca de 50% dos casos. Nestes casos, a transmissão é heterogênea. Assim, em algumas famílias, há marcadores genéticos no cromossomo 15, e em outras há marcadores genéticos nos cromossomos 6, responsáveis pelo distúrbio. (OLIVEIRA, 2000).

Além disso, dislexia divide-se em duas dimensões, sendo elas auditiva e visual, trazendo objetividades educacionais. A dimensão auditiva está relacionada às dificuldades na discriminação de sons, letras e palavras

compostas, na memorização de padrões de sons, sequência de palavras compostas, instruções e história. (ROTTA, OHLWEILER e RIESGO, 2006).

Na dimensão visual, o disléxico apresenta dificuldades em seguir as sequências visuais. Na análise e integração visual de quebra-cabeça, ocorre troca de letras e há uma relação confusa de palavras e letras.

Dislexia é caracterizada como algo que compromete o desenvolvimento das habilidades na compreensão das palavras e leitura. O diagnóstico acontece quando o indivíduo apresenta incapacidade no desempenho escolar e nas atividades diárias que exige o uso da leitura. A leitura oral do disléxico é identificada por troca de palavras, ausência de palavras e pela leitura lenta e vacilante. Com relação à leitura, a compreensão é afetada. (DSM IV - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais apud ROTTA, OHLWEILER e RIESGO, 2006)

As características de dislexia, quando direcionadas ao diagnóstico, são apresentadas a equipe multidisciplinar pelo professor por meios de relatos, pois em sala de aula ele

está frente ao aluno que demonstra a dificuldade.

Neste sentido, o disléxico apresenta as seguintes dificuldades: confusões com relação à letra de desenho semelhantes como p, b, d, n, u, m e w. Estas confusões apresentam-se da seguinte forma: a palavra é falada, lida e escrita como dambeira em lugar de bandeira; bandeiro em lugar de pandeiro; múnero em lugar de número; simônimo em lugar de sinônimo. (OLIVEIRA, 2000)

Na troca de letra que o disléxico faz está presente a dislexia disfonética ou fonológica, caracterizada por uma dificuldade que o aluno tem para ler palavras desconhecidas. Neste sentido, é cometido erro na leitura e na escrita, do tipo inversões, omissões, ou agregação de fonemas, ou de sílabas.

Portanto, explicitam-se alguns erros de leitura e escrita encontrados em disléxicos que estão nas salas de aula do ensino fundamental dos anos iniciais: confusão de letras, sílabas ou palavras com pequenas diferenças de grafia; a/o, e/f, entre outros. confusão com grafia semelhante, com orientação espacial diferente: b/d, p/b, b/q,

etc; confusão com letras que tem sons parecidos: b/d, p/q, d/t, m/b etc; confusão com relação à inversão parcial e total de sílabas ou palavras: me em vez de em sol em vez de los, som em vez de mos etc; na substituição de palavras por outras estruturas semelhantes: salvou no lugar de saltou, sentiu no lugar de mediu; na combinação de sons, lalito em vez de palito; adição ou omissão de sons; repetição de sílabas; salto de linha, volta à linha anterior e perda da linha durante a leitura; o acompanhamento com o dedo na linha que está sendo lida; problemas de compreensão do texto; leitura do texto palavras por palavras escrita em espelho e por fim a letra ilegível e leitura analítica e decifratória, expressa quando o aluno não consegue deixar de murmurar ou mover os lábios, porque não entende o significado da palavra e para ajudar na compreensão, pronuncia a palavra. (DROUET, 1990).

Os alunos disléxicos apresentam os seguintes sintomas: rejeição à escola, mal-estar, dor de cabeça, ansiedade, depressão e dor no estômago. Consequentemente obtêm um rendimento escolar abaixo daquele dos alunos

normais, porém, alguns chegam a cursar ensino superior.

O disléxico na escola precisa ser bem assistido por todos os que estão envolvidos na sua aprendizagem, mesmo sendo na escola o ambiente onde aparecem as dificuldades, no entanto, não pode lhe faltar à motivação.

A ação para diagnosticar compreende-se como uma busca de soluções, o diagnóstico e o tratamento são realizados pela equipe multidisciplinar, em parceria com a família e a escola.

De acordo com Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2006, p.190).

O objetivo do diagnóstico da dislexia é elaborar um mapa funcional das estruturas mentais, o qual vai descrever o fluxo do processamento da informação por meio de rotas funcionais, que são caminhos ou dinâmica de estruturas funcionais, que determinam como o cérebro processa e organiza elementos mentais necessários para a aprendizagem. Assim, alguns fatores e funções neuropsicológicas, que são normalmente a fonte de todo e qualquer procedimento diagnóstico, podem ser investigados

nas relações básicas entre o comportamento, a função e a área cortical envolvida.

Neste contexto, no processo do diagnóstico é preciso ser investigado todo o funcionamento cerebral do aluno, a fim de obter informações precisas de como o cérebro ordena partes mentais relacionadas à aprendizagem. Com isso, fatores e funções neuropsicológicas, como qualidade do ato motor, habilidade em selecionar e manipular estímulos, habilidade em sustentar processo mental e habilidade de ação imediata são as fontes do diagnóstico que serão observadas e que estão explícitas no comportamento, na função e na área cortical do cérebro que é atingida.

Define-se o diagnóstico do distúrbio de aprendizagem e do distúrbio específico da leitura fazendo-se algumas observações quanto ao nível funcional de leitura, visando à compreensão do texto; observar também o potencial e capacidade de leitura através da realização e execução desta tarefa correlacionando com o nível cognitivo; direcionar a extensão da deficiência da leitura

observando se o nível funcional de leitura do aluno está dois ou mais anos do esperado em relação à idade e escolaridade; direcionar deficiências específicas na habilidade da leitura, comparando com o tempo esperado pela idade escolar; determinar a disfunção neuropsicológica observando o comportamento e os resultados qualitativos de atividades que envolvem a atenção do aluno, a organização, percepção, memória e interação sensorial.

Se necessário observar os fatores associados que interferem na aprendizagem primária, como a falta de motivação, o nível socioeconômico-cultural, que desfavorecem o aprendizado e problemas pedagógicos e psicológicos; e por fim determinar estratégias de desenvolvimento ou recuperação, verificando as habilidades, dificuldades encontradas na avaliação, com isso o avaliador irá colocar tarefas específicas de leitura que favoreçam a percepção linguística. (JOSÉ e COELHO, 2004).

O processo avaliativo de um aluno com dificuldades primárias, refletindo sinais de dislexia ou não, deverá conter o objetivo principal, que é chegar ao beneficiado, para assim

realizar um trabalho que possibilite bons resultados, tanto para a escola quanto para a família do aluno, com um resultado de forma bem objetiva.

Segundo Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2006, p.171) “O dislético deve progredir na escolaridade, independentemente de suas dificuldades em leitura e escrita. Deve estar muito claro que o problema não é devido à falta de motivação ou à preguiça”.

Com o incentivo escolar o aluno dislético pode desenvolver diversas habilidades as quais estão envolvidas na área artística, em que os profissionais da escola têm a missão de otimizar o rendimento, tentar evitar problemas como a baixa autoestima.

Para o reconhecimento de uma palavra escrita é importante conhecer duas vias independentes, que são: a via léxica ou direta e a via fonológica ou indireta. Quando um leitor faz uso de uma via ou outra, ele está apresentando sinal de um quadro de dislexia, pois sua leitura não tem se mostrado fluente. Então para classificar os tipos de dislexia é necessário conhecer as vias independentes.

Segundo Rotta, Ohlweiler e Riesgo (2006, p.169):

A via léxica, ou direta na qual se estabelece uma conexão direta entre a forma visual da palavra, a pronúncia e o significado na memória lexical (como se fosse uma fotografia da palavra). Ocorre diante de palavras familiares [...] A via fonológica, indireta, pré-léxica ou de sub palavras é um processo de recodificação fonológica que envolve a aplicação de um conjunto de regras de conversão letra-som. Ocorre diante de palavras desconhecidas.

Compreendendo as vias independentes, percebe-se a relação que o leitor tem ao deparar-se com palavras já conhecidas por ele, que mostra uma facilidade para pronunciar e dar o significado. Diferente de quando é preciso fazer uma leitura de uma palavra não conhecida, em que o leitor vai apresentar uma lentidão ao pronunciar, ou seja, para reconhecer a palavra escrita.

Neste sentido, classifica-se dislexia em três tipos, que é: dislexia fonológica (sublexical ou disfonética);

caracterizada pela dificuldade na leitura fonológica de palavras pouco familiar, apresentando sílabas sem sentido ou pseudopalavras, porém mostra melhor facilidade na leitura de palavras conhecidas. O problema encontra-se no conversor fonema - grafema ou no momento de juntar os sons em uma palavra. Sendo assim, encontra-se bloqueio para reconhecer palavras, apresentando dificuldade para compreender o seu significado. Está associada à disfunção do lóbulo temporal. (Op.cit).

Outro tipo de dislexia é a lexical (de superfície), caracterizada pela dificuldade na leitura de palavras irregulares, apresentando uma leitura lenta, vacilante, e com erros, em que os mais frequentes são silabações, repetições, retificações e acentuação incorreta das palavras, principalmente quando são cobrados para ler com rapidez. Estes comportamentos são nítidos nos alunos quando se colocam diante da leitura. Está associada à disfunção do lóbulo occipital. (ROTTA, OHLWEILER e RIESGO, 2006).

A dislexia mista é caracterizada pelos leitores que apresentam os dois casos expostos anteriormente, tanto para

operar a rota fonológica como a rota lexical. São associados às disfunções dos lóbulos pré-frontal, frontal, occipital e temporal. (BODER apud ROTTA, OHLWEILER e RIESGO, 2006).

Diante do estudo realizado, percebe-se que o presente distúrbio caracterizado nos alunos do ensino fundamental dos anos iniciais, acarretando um grande fracasso escolar para muitos deles. Em contrapartida, são encontrados nas instituições de ensino, muitos profissionais da educação despreparados para lidar com alunos disléxicos. Com isso, se faz necessário que os professores e toda a equipe pedagógica se qualifiquem e tenham a sensibilidade para detectar tal aluno, para assim conseguirem superar suas deficiências. DISLEXIA NO CONTEXTO ESCOLAR: transtornos no processo da leitura e escrita

O indivíduo alfabetizado consegue ler, compreender e interpretar a sua leitura, ele engloba todo o conhecimento da leitura, já que o mesmo irá retomar à construção não apenas simbólica, como também temporal, envolvendo e construindo um pensamento. No caso de crianças com

dislexia pela dificuldade em reconhecer e identificar grafia das letras e o som, as mesmas não conseguem formular ideias e interpretar texto ao se depararem com um simples momento de leitura. Para elas, torna-se mais fácil ouvir, codificar e interpretar a leitura feita por um segundo indivíduo.

A atitude que se adota é similar à que corresponde à aprendizagem da língua oral ou à aprendizagem do desenho; ninguém espera, desde o início, verbalizações corretas ou traçados gráficos perfeitos, tampouco se nega a uma criança em processo de desenvolvimento o direito à fala ou à possibilidade de grafar. Essas produções escritas ou essas intenções de leitura são interpretadas pelo professor (que deve estar em condições de reconhecer seu valor na evolução) e por outras crianças que podem confrontá-las com as suas próprias e discutir sobre elas, já que não estão todos no mesmo nível; a heterogeneidade de níveis transforma-se em vantagem em vez de ser vista como um empecilho. (FERREIRO, 1997, p. 45).

Rego (2003) conclui que os indivíduos nesse espaço

físico, psicológico, social e cultural ajuda a processar o seu desenvolvimento global, isso ocorre mediante as atividades programadas e realizadas em sala de aula e fora dela. Já a família, conforme Pinto (2016) constitui uma estrutura fundamental para o desenvolvimento de toda e qualquer criança. E tem um papel fundamental no processo de reeducar a criança com dislexia, e fornece-lhe instrumentos diversos e alternativos na aquisição da linguagem.

Como refere Barbosa em seu artigo: “O aprendizado é um processo pelo qual o cérebro reage aos estímulos ao fazer conexões neurais, que agem como um circuito para o processamento e armazenamento das informações” (BARROS, 2012, p. 10).

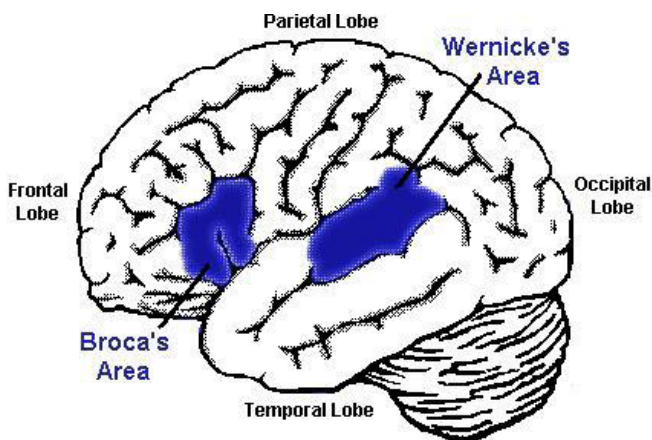
Por outro lado, quando se trata do termo “distúrbio e transtorno” de aprendizagem, eles estão mais vinculados aos problemas intrínsecos ao aluno, sugerindo a existência de comprometimentos neurológicos, sendo mais utilizado pela perspectiva clínica ou remediativa (CID-10, 1993). O Distúrbio de Aprendizagem tem sido usado para indicar uma perturbação na aquisição e utilização de informações

ou na habilidade para solução de problemas (VALLET, 1977 apud MALUF 2013).

Frank (2003) refere que o uso de imagem por ressonância magnética (IRM), demonstrou que leitores com dislexia apresentam atividade reduzida no giro angular – área do cérebro que liga o córtex visual e área de associação visual com a área da linguagem; e que estes exibem maior atividade em uma parte do cérebro chamada área de Broca do que os que não têm dislexia, sugerindo assim que os portadores de dislexia podem utilizar essa região cerebral (área de Broca) onde ocorre à expressão e compreensão da linguagem, para compensar os déficits nas outras regiões normalmente empregadas para a habilidade fonética.

Broca estabeleceu claramente que a base da leitura (linguagem e fala) originava-se no córtex cerebral. Enquanto Werneck neurologista alemão em suas pesquisas observou que o lado esquerdo do cérebro, com as duas áreas principais associadas à linguagem, são responsáveis pela linguagem receptiva da fala.

Figura 1: Imagem mostrando às áreas de linguagem no cérebro. Sistemas cerebrais para linguagem.



Fonte: SHAYWITZ (2006).

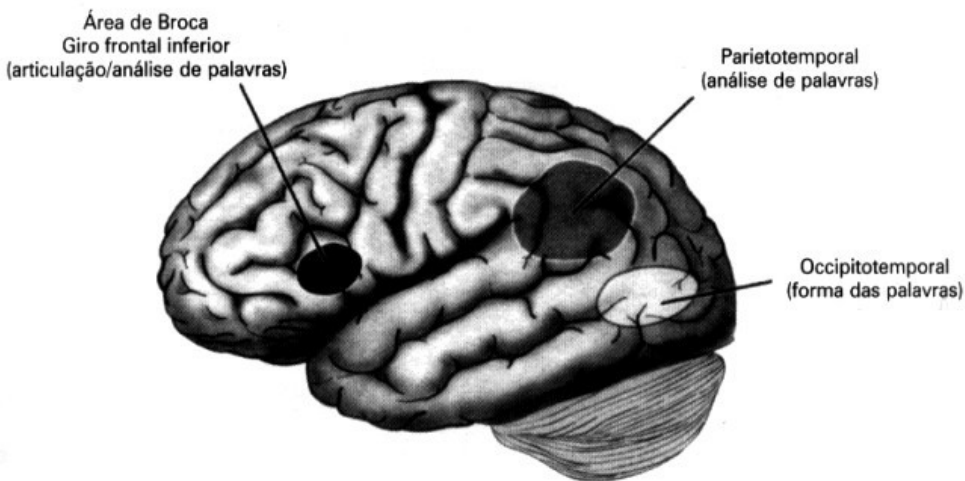
Conforme a literatura, é por esses múltiplos fatores é que a dislexia deve ser diagnosticada por uma equipe multidisciplinar, de preferência por profissionais como neurologista, psicólogo, fonoaudiólogo e psicopedagogo para contribuir e aprofundar tal investigação. Esse tipo de avaliação dá condições de um acompanhamento mais efetivo das dificuldades após o diagnóstico, direcionando-o às particularidades de cada indivíduo, levando a obter resultados mais concretos (CAPELLINI, 2010).

Bergamo (2005), em seu artigo “Neurônios à Deriva”, revela-nos a mais recente pesquisa sobre a dislexia na área da medicina. Um estudo de pesquisadores finlandeses (a ser publicado na edição especial da Revista Científica Córtex) comprovou a eficácia de um exame diagnóstico precoce na identificação da tendência à dislexia. Trata-se do potencial evocado, que surgiu para medir a capacidade auditiva da pessoa. O teste consiste no acompanhamento da atividade elétrica do cérebro mediante estímulos sonoros. No caso do trabalho finlandês, os sons eram sílabas.

Os pesquisadores acompanharam, por cinco anos, 49 crianças – metade delas com histórico familiar de dislexia e as outras não. Todas foram examinadas quatro vezes: a primeira, logo depois do nascimento, e a última, aos cinco anos. Com base nessas análises, os estudiosos conseguiram determinar padrões de resposta cerebral que indicavam o risco de as crianças desenvolverem dislexia ou não. Os autores do trabalho propõem que o exame do potencial evocado seja utilizado para identificar precocemente a possibilidade de existência da dislexia e, assim, propiciar

condições para que se inicie logo um tratamento que poupe os portadores do distúrbio de constrangimentos na idade escolar. Sendo assim, a imagem mostra um cérebro com dislexia.

Figura 2: Apresenta o comprometimento da linguagem em indivíduo com dislexia. Mudanças nos padrões de ativação cerebral segundo a idade: as crianças disléxicas mais velhas usam regiões frontais do cérebro para ler.



Fonte: SHAYWITZ (2006, p. 71).

De acordo com SHAYWITZ (2006) os estudos feitos a partir das imagens cerebrais identificaram pelo menos dois caminhos neurais da leitura: um para quem está começando a ler e para a verbalização lenta e outro, mais rápido, para quem já lê bem. O exame cuidadoso dos padrões de ativação cerebral revelou uma falha nesse circuito para os leitores disléxicos. Estudos realizados no mundo inteiro não deixam dúvida de que os leitores disléxicos usam caminhos cerebrais diferentes. Quando leem, os bons leitores ativam sistemas neurais altamente interconectados que incluem regiões das partes posterior e anterior do lado esquerdo do cérebro (ver figura acima).

Ainda com a autora, os leitores iniciantes devem primeiro analisar uma palavra; leitores experientes identificam as palavras instantaneamente. O sistema parietotemporal funciona para o leitor iniciante. Lenta e analítica, sua função parece estar nos primeiros estágios da leitura, isto é, quando se começa a analisar uma palavra, subdividindo-a e relacionando suas letras aos sons. Quando os leitores experientes leem com grande velocidade, o

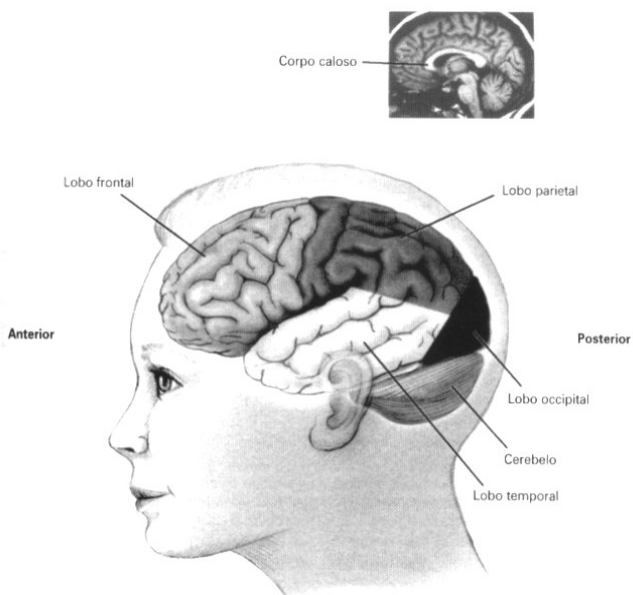
sistema de forma da palavra funciona em potência máxima, reconhecendo instantaneamente uma palavra atrás da outra. Há, portanto, três caminhos neurais para a leitura: dois mais lentos, o parietotemporal e o frontal, utilizados principalmente por leitores iniciantes e o analítico como uma via rápida, a occipitotemporal, utilizado por leitores experientes.

Pesquisa realizada por Sally Shaywitz (2006) doutora em medicina, professora e pediatra e codiretora do Centro de Estudos da Aprendizagem e da Atenção na Universidade de Yale, EUA, e divulgada no Brasil em 2006 pela obra Entendendo a Dislexia mostra que hoje é possível visualizar o funcionamento interno do cérebro, o que se faz por meio da nova tecnologia de imagem cerebral e, assim, determinar exatamente em que área cerebral e como a dislexia se manifesta.

O cérebro é dividido em dois lados idênticos: o direito e o esquerdo. Como se mostra na Figura 3, a parte frontal, próxima à testa, é chamada anterior, e a parte de trás, posterior. Cada hemisfério é dividido em quatro

lobos ou seções: frontal, temporal, parietal e occipital. Os lobos frontais são anteriores, os occipitais são posteriores e os parietais e temporais são intermediários, situando-se o parietal acima do temporal. Os lobos também são simétricos nos dois lados do cérebro e o lobo esquerdo é tradicionalmente associado à linguagem.

FIGURA 3 - Pontos do cérebro. Aqui se mostra o lado esquerdo do cérebro. A figura menor é uma MRI (ressonância magnética) das estruturas do centro do cérebro; observe o corpo caloso.



Fonte: SHAYWITZ (2006, p. 69).

Os estudos feitos a partir das imagens funcionais tiveram como objetivo o mapeamento dos circuitos necessários à leitura.

Como foi visto no contexto do trabalho, a importância do diagnóstico e da intervenção é fundamental, pois perpassa pela questão de investigar “o processo de aprendizagem do indivíduo e seu modo de aprender, identificando as áreas de competência e limitações, visando entender as origens das dificuldades e/ou distúrbio de aprendizagem apresentado” (ALVES, 2007).

Para Rutkowski (2003) além de existir indivíduos que têm predisposição genética para dificuldade de leitura, também é importante ressaltar que o papel da genética na dislexia, pode ajudar a diagnosticar e tratar crianças suscetíveis a tais dificuldades com maior efetividade e rapidez.

Contudo, a autora cita que o termo dislexia refere-se a um distúrbio ou transtorno de aprendizagem na área

da leitura, escrita e soletração, em linguagem expressiva ou receptiva, em razão e cálculos matemáticos, como na linguagem corporal e social.

Segundo Selikowitz (2001) foi um médico alemão, Dr. Berlin em 1887, quem criou o termo Dislexia (do grego) dys = difícil, dificuldade; lexia = palavra; caracterizando o termo (dificuldade com a palavra).

A Associação Psiquiátrica Americana, através de seu “DSM – IV: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais” (1995) considera o assunto como transtornos da aprendizagem (anteriormente transtornos das habilidades escolares) que incluem transtorno da leitura, transtorno da matemática e transtorno da expressão escrita. Tais transtornos são diagnosticados quando os resultados do indivíduo em testes de leitura, matemática ou expressão escrita estão abaixo do esperado para sua idade, escolarização e nível de inteligência.

Da mesma forma, a Organização Mundial de Saúde com sua publicação na “Classificação de transtornos Mentais e de Comportamento da CID – 10 (Classificação

Internacional de Doenças): Descrição Clínicas e Diretrizes Diagnósticas” (1993), adotado no Brasil, aborda o tema como Transtorno específico do desenvolvimento das habilidades escolares abrangendo transtorno específico de leitura, transtornos específicos de habilidades aritméticas e os outros transtornos do desenvolvimento das habilidades escolares (inclui transtorno do desenvolvimento da escrita expressiva).

Pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Dislexia (ABD) em mostra que em vários países cerca de 10 a 15% da população mundial é disléxica (POLESE, 2011). Ao contrário do que muitos pensam, a dislexia não é o resultado de má alfabetização, desatenção, desmotivação, condição sócio-econômica ou baixa inteligência, ela representa uma condição hereditária com alterações genéticas, com repercussão especial em alterações no padrão neurológico (JARDINI, 2003).

Condemarin (1989) afirma que dislexia de evolução é um conjunto de sintomas reveladores de uma disfunção parietal ou parietal-occipital, que afeta a aprendizagem da

leitura num contínuo que se estende do sintoma leve a severo. Para a autora a dislexia pode ser “geralmente hereditária ou às vezes adquirida, afeta os meninos numa proporção maior que as meninas, e também é citada como um distúrbio de maior incidência nas salas de aula” (Condemarin 1989, p. 21).

A Associação Brasileira de Dislexia (ABD) oferece dados em que a prevalência dos diagnósticos é do sexo masculino entre 60 a 80%, porém isso acontece porque os casos entre o sexo masculino costumam ser mais graves e associados a mais comorbidades que no sexo feminino. Entre os adultos a margem é de 40 a 60% encontrado nos programas de educação básica, com sinais e sintomas de dislexia.

Para a Associação Brasileira de Dislexia (2013) as crianças trazidas pelos pais que já realizaram suas avaliações e que são disléxicos, só serão novamente avaliadas a partir de cinco anos de idade, e mesmo assim, a ABD refere que ainda não podem falar em dislexia, pois só podem afirmar que são disléxicos, após as crianças terem passado dois

anos pelo processo de alfabetização.

No entanto, o processo de aprendizagem é constituído por diversos fatores que determinam se o indivíduo aprendeu, observando o seu desempenho antes e depois da situação dada para a aprendizagem. Segundo Furtado e Borges (2007, p. 76) “Inferir-se que a aprendizagem se realiza quando surgem diferenças entre a desempenho que o indivíduo apresenta antes e que ele mostra após ser colocado em situação de aprendizagem”.

As crianças para ler precisam apenas reconhecer a palavra, ao escrever, elas precisam produzir todas as letras na ordem correta. Para a criança disléxica, esse reconhecimento e essa reprodução são afetados justamente pela falha que eles têm no córtex cerebral que ativa essas funções. Ele não deve taxar a criança de qualquer adjetivo negativo, mas, incentivá-la a aprender. Deve trabalhar de forma motivadora e mediadora, sempre buscando o apoio da família do seu educando para assim fazer com que o mesmo supere suas dificuldades.

O DISLÉXICO: FAMÍLIA E ESCOLA

Sabe-se que a família é a base de toda a formação da criança, sendo a principal influenciadora de seus comportamentos e ações. É nela que o indivíduo aprende e toma consciência do mundo que o cerca. Dessa forma, a escola funciona como um suporte, já que para muitas famílias ao ser identificado alguma anomalia nos filhos, gera entre os mesmos uma situação conflituosa, desencadeando medo, angústia, desorganização e acima de tudo crise, por não saberem trabalhar com a criança disléxica. Outro fator que deve ser destacado é o medo da rejeição dos filhos na escola. É como se fosse um sentimento de impotência, como se aquelas crianças não pudessem ser capazes.

(...) uma alteração nos neurotransmissores cerebrais que impede uma criança de ler compreender com a mesma facilidade com que o fazem as crianças da mesma faixa etária, independentemente de qualquer causa intelectual, cultural ou emocional. O desenvolvimento da criança é normal, até entrar na

escola. A escola é o espaço onde se manifesta a dislexia, porque até então o contexto social e a família na qual vive a criança não lhe exigia essas competências. Mas a escola exige respostas padronizadas como é saber ler e escrever, ou não saber. (ELLIS 2001, p. 48).

A família deve buscar apoio na escola, tanto para superar esse medo, como para ajudar seu filho no processo escolar para que juntas, possam dialogar e desenvolver novas técnicas e metodologias para superar suas dificuldades. Para isso, os pais e a escola, nessa busca incessante, devem se apoiar nas dicas e orientações dos profissionais qualificados que buscarão essa mediação e saberão conduzir esse processo. Isso é fundamental para que a criança disléxica possa sentir-se segura e apoiada. Pois, antes de qualquer pré-julgamento, os pais devem entender que elas são seres que apenas apresentam algumas limitações na leitura e escrita e o que mais elas precisam é de apoio e estímulo.

O PAPEL DO PROFESSOR

É preciso também que o professor e toda a escola saibam o que é a dislexia para poder estabelecer uma metodologia voltada ao assunto. Vale salientar que este profissional deverá utilizar recursos diversificados, para que sua aula seja interativa, onde haja participação de todos, gerando curiosidade. As aulas precisam ser mais práticas do que teóricas; o que estará contribuindo para amenizar as dificuldades do dislético.

Segundo Luczynski (2002, p. 88), referindo-se ao professor de crianças disléxicas, diz que, Um bom professor pode transformar a vida de uma criança. Com idêntico conteúdo de força, o mal profissional, o professor incompetente e insensível, pode destruir todas as possibilidades na vida de uma criança disléxica. Acréscimo de dificuldade que pode trazer o desencontro e o desencanto, desequilíbrio e desengano, em sua mente ainda infantil, que poderão gerar graves problemas emocionais e sociais. Por isso a preparação e o conhecimento do professor são

fatores importantes, ele deve trabalhar de forma dinâmica, envolvendo sempre todos no desenvolvimento das atividades, integrando vários fatores, entre eles a interação social, pois, segundo Jonson & Myklebust (1987, apud GUERRA, 2002, p. 40), “as crianças aprendem quando recebem oportunidades adequadas para tanto e quando estão presentes determinadas integridades representadas pelos fatores psicológicos, funções do sistema nervoso central”.

A ETIOLOGIA DA DISLEXIA

Tratando-se de um distúrbio de origem neurológica, congênito e hereditário, logo reportamos a dislexia, sendo comum apresentar-se em parentes mais próximos. Essas alterações provindas de um processamento cerebral têm sido pesquisadas pela Neuropsicologia e Neuroquímica. Estudos recentes realizados pela equipe do Dr. Fagerheim, da Noruega, descobriram que o gene DYX3 do cromossomo 2 estaria relacionado aos distúrbios de leitura e de escrita

(JARDINI 2003).

Martins (2001) afirma que, ao pesquisar e estudar sobre dislexia, é natural que se encontre a etiologia, isto é a causa. Porém, não há nenhuma segurança em afirmar qual a verdadeira causa, mas é provável que sua origem seja uma falha no sistema nervoso central e na habilidade de organizar os grafemas, isto é, as letras ou decodificar os fonemas, nas unidades sonoras distintivas da palavra.

Ciasca (2004) refere que a etiologia da dislexia é inúmera, mas a que melhor explicam as dificuldades, são os fatores relacionados à herança; os fatores relacionados à lateralização cerebral e fatores relacionados ao comportamento social diferente entre meninos e meninas.

Hallgren em 1950 realizou um estudo com 250 disléxicos e chegou à conclusão de que a dislexia se devia a um fator hereditário. Demonstrando nesse estudo que em 80% dos casos havia problemas de leituras em duas gerações de uma família. Enquanto a teoria psicanalítica durante a década de 1935 a 1955 propõe, tanto os psicólogos clínicos como os psicanalistas, explicar as deficiências na

leitura como sintomas de problemas emocionais e afetivos, para haver o aprendizado é necessário que se estabeleçam laços afetivos entre a criança e seu mediador. Existem muitas outras teorias sobre as dificuldades específicas de aprendizagem, porém estas teorias não são exclusivas, como afirma Selikowitz (2001) elas podem apenas explicar etapas na cadeia de eventos que dão origem às dificuldades específicas de aprendizagem. Haja vista, que não são todas as crianças que têm dislexia, mas sim aquelas que trazem contribuições hereditárias da família.

INCIDÊNCIA DA DISLEXIA

Ciasca (2004) afirma que o número de crianças identificadas como portadoras de distúrbio ou dificuldade para aprender é extremamente variável e depende de fatores como o conceito utilizado, a classificação adotada, o critério avaliativo, e também as características da própria criança e do sistema de ensino no qual está inserida. Para ela, a dificuldade escolar pode atingir de 5 a 20% da população

em idade escolar, em países desenvolvidos.

No Brasil, a incidência da dificuldade de aprender está relacionada mais em meninos do que em meninas, na proporção de 6:1. Esse predomínio no sexo masculino teve diversas explicações como anatômica, genética, especialização hemisférica refere (CIASCA et.al. 2000). A autora ainda cita que os distúrbios e as dificuldades de aprendizagem não são produtos de uma classe social, mas se encontra com maior incidência nas camadas menos favorecidas, que associados ao problema acadêmico, somam-se outras dificuldades relacionadas ao acesso ao sistema de ensino e a manutenção da criança dentro desse sistema.

Rompendo com as tendências da psicologia contemporâneas, Vygotsky (1991) fundamenta-se em uma perspectiva social e assume que o processo do desenvolvimento psicológico tem origem na dinâmica interativa. É a partir de sua inserção na cultura que a criança, através da interação social, vai se desenvolvendo. Para o autor, apropriando-se das práticas culturalmente

estabelecidas, permite a criança evoluir a partir das formas elementares de pensamento para formas mais abstratas, que a ajudarão a conhecer e controlar a realidade. Nesse sentido, Vygotsky destaca a importância do outro não só no processo de construção do conhecimento, mas também de constituição do próprio sujeito e de suas formas de agir.

Baseado no que o autor fala, pressupõe-se que seja por meio da relação com o outro que o sujeito estabelece relações com os objetos de conhecimento, sendo assim é a partir daí que ocorre o processo de construção da escrita e de constituição da subjetividade desse sujeito.

COMPREENDENDO OS SINAIS DA DISLEXIA

Segundo Shaywitz (2006) o primeiro sinal indicativo da dislexia pode ser um atraso na fala. Como regra geral, as crianças dizem suas primeiras palavras por volta de 01 ano e as primeiras frases por volta de 01 ano e 06 meses a 02 anos. As crianças vulneráveis à dislexia talvez não comecem a pronunciar as primeiras palavras antes de

cerca de um ano e três meses de vida e talvez não pronuncie frases antes de completar 02 anos. Para ele o atraso é modesto e justifica citando que os pais em geral atribuem a um histórico familiar de começar a falar mais tardiamente. Outro sinal precoce é a dificuldade na pronúncia, as dificuldades com rimas, ausência de habilidade para leitura e a nomeação das letras com precisão.

Outros indícios posteriores da dislexia foram vistos quando uma criança começa a ler, sendo chamado de estágio logográfico, ela não usa o conhecimento dos nomes das letras ou dos sons das letras para “ler” uma palavra. A criança de 04 a 05 anos “lê” sinais familiares, ou melhor, usam como base sinais visuais. Geralmente a criança que vê o símbolo, por exemplo, “o desenho da menina no banheiro” ela faz automaticamente a leitura do produto “banheiro feminino”. É a partir dessa associação que a criança começa a internalizar os conteúdos que permeia a possibilidade da leitura. Na criança disléxica essa associação muitas vezes interfere e impossibilita que os pais percebam um importante sinal para detectar o distúrbio. É necessário

que os pais, tanto no ambiente social, como os professores no âmbito escolar, fiquem atentos aos sinais deixados pela criança no momento de realizar a tentativa da leitura.

A fluência da criança disléxica ocorre quando a palavra é lida com precisão, suavidade e boa expressão, esse fato se adquire pela prática e pela leitura repetida das palavras. Para ocorrer a apropriação da leitura nas crianças de modo geral, deve-se levar em conta o fato da experiência de ensino, a aprendizagem, influenciarem nas habilidades fonológicas, o nível de escolaridade e a idade.

A autora estabelece um guia comparativo para o desenvolvimento das habilidades relacionadas à leitura das crianças que apresenta a ausência de problemas ou mesmo que avise a existência de dificuldade quando não se enquadra na pontuação estabelecida.

Felizmente o processo para que a criança se torne um bom leitor estar bem mapeado. Há uma série de informação no guia de desenvolvimento das habilidades que, ao longo do tempo, pode ajudar a afirmar que a criança está no caminho certo ou que avise se existe algum problema.

Se no contexto escolar a criança não se aproximar do desenvolvimento das habilidades relacionadas à leitura, e se ela já passou por algumas das fases abaixo e ainda não sabe ler, é necessário refletir sobre a possibilidade de ser um sinal para a dislexia ou apenas um atraso sem maiores consequências. É nesse momento que tanto os pais como os professores podem identificar e encaminhar a criança para um especialista e possibilitar, dessa forma, a melhor condição de sanar o problema. Atualmente no caso de necessidade podemos analisar o desenvolvimento das habilidades relacionadas a leitura na lista a seguir.

GUIA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES RELACIONADAS À LEITURA (Shaywitz, 2006)

Realizações da primeira fase da pré-escola (3 - 4 anos)

- Começa a desenvolver a consciência de que, como um rolo de selos destacáveis, as frases e também as palavras podem ser subdivididas.

- Demonstra interesse pelos sons da língua: repete sons e brinca com eles, especialmente com as rimas; recita rimas infantis.

- Identificar 10 letras do alfabeto, mais comumente às que são de seu próprio nome.

Realizações da segunda fase da pré-escola (4 - 5 anos)

- Dividir as palavras verbalizadas em sílabas (50% das crianças sabem contar o número de sílabas de uma palavra verbalizada).

- Começa a dividir a palavra em fonemas (20% das crianças sabem contar o número de fonemas de uma palavra verbalizada).

- Reconhece os nomes e um número crescente de letras.

Realizações da terceira fase da pré-escola (5 - 5 1/2 anos)

- Compara se duas palavras rimam.

- Produz palavras que rimam com palavras simples.
- Reconhece e nomeia quase todas as letras maiúsculas e minúsculas.

Realizações da quarta fase (final) da pré-escola (5 1/2 a 6 anos)

Linguagem verbal:

- Continua a progredir na divisão de sílabas de palavras verbalizadas (90% das crianças sabem contar o número de sílabas de uma palavra).
- Identificam quais de três palavras verbalizadas ou impressas começam com o mesmo som de uma determinada palavra.
- Pronuncia o som inicial de uma palavra.
- Conta o número de fonema de uma palavra pequena.
- Une fonemas para formar uma palavra completa.

Palavras impressas:

- Nomeia a todas as letras do alfabeto.
- Conhece os sons de quase todas as letras do alfabeto.
- Domina o princípio alfabético; entende que a sequência de letras de uma palavra escrita representa o número e a sequência de sons ouvidos em uma palavra falada.
- Começa a decodificar palavras simples.
- Reconhece a primeira vista de um número crescente de palavras comuns.
- Inventa ortografia.
- Escreve muitas letras maiúsculas e minúsculas.
- Escreve seu próprio nome, da família e de animais de estimação.

Realizações de alunos da 1ª série (6 - 7 anos)

Linguagem verbal:

- Conta o som das palavras mais longas (três fonemas)

- Diz qual palavra se forma quando um determinado som é retirado do começo ou do final de uma palavra de três fonemas.

- Junta os fonemas de palavras de três fonemas.

- Lê em voz alta com precisão e compreensão qualquer texto direcionado para a 1ª série.

- Conecta letras a sons para decodificar palavras desconhecidas.

- Decodifica com precisão palavras de uma sílaba.

- Conhece sons de grupos de letras ou de classes de palavras comuns.

- Reconhece a primeira vista palavras soletradas irregularmente.

- Tem um vocabulário de leitura de 300 a 500 palavras, incluindo palavras que se identificam à primeira vista e palavras que são fáceis de pronunciar.

- Monitora sua própria leitura.

- Corrige-se quando uma palavra identificada incorretamente não se encaixa com os sinais apresentados pelas letras da palavra ou com os sinais apresentados pelo

contexto que o cerca.

- Lê instruções simples como “abra seu livro”.
- Começa a soletrar com precisão palavras curtas e fácies.

Realizações de alunos da 2ª série (7 - 8 anos)

Palavras escritas:

- Rotineiramente, relaciona letras a sons para decodificar palavras desconhecidas.
- Começa a aprender estratégias para separar as sílabas de palavras polissilábicas.
- Com precisão, lê algumas palavras polissilábicas reais ou invertidas.
- Começa lê com fluência, com precisão, suavidade, rapidez e com correta inflexão.
- Lê e compreende textos de ficção e não ficção para alunos de segunda série.
- Representa o som completo de uma palavra ao soletrá-la.

- Lê por conta própria voluntariamente.

Realizações de alunos de 3ª série (8 - 9 anos)

- Lê em voz alta com fluência e compreensão qualquer texto de 3ª série.

- Usa o conhecimento de prefixos e de radicais para inferir os significados das palavras.

- Lê trechos selecionados de ficção e capítulos de livros.

- Soletra corretamente palavras previamente estudadas.

- Usa o dicionário para aprender o significado de palavras desconhecidas.

Realizações dos alunos de 4ª série (9 anos ou mais)

- Lê para aprender.

- Lê por prazer e para informação.

Na tabela acima encontramos alguns sinais específicos da dislexia, tanto os pontos fracos quanto os fortes, mais segundo Shaywitz (2006) em qualquer indivíduo esses sinais variam segundo a sua idade e nível educacional. Para a autora, esses sinais, reuniram três retratos da dislexia: o primeiro na infância, da pré-escola a 1ª série; segundo, nas crianças em idade escolar da 2ª série em diante; e finalmente, em jovens adultos e em adultos.

Segundo Ministério da Educação e Cultura - MEC (2013) a Secretaria de Educação Básica, zela pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. A educação básica é o caminho para assegurar a todos os brasileiros a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Para entendermos melhor, contemporaneamente os documentos que norteiam a educação básica é a Lei n.º 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação,

aprovado pelo Congresso Nacional em 26 de junho de 2014. Outros documentos fundamentais são a Constituição da República Federativa do Brasil e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Os ciclos organizam o tempo escolar segundo as fases de crescimento do ser humano. Eles podem ser faseados referentes à primeira infância (3 a 6 anos), à infância (7 a 9 anos), à pré-adolescência (10 e 11 anos) e à adolescência (12 a 14 anos). Ou ainda em ciclos de dois ou quatro anos. Na primeira infância estão relacionados à fala. Os alunos da pré-escola apresentam problemas de aprendizagem e desinteresse de rimas infantis comum; palavras mal pronunciadas; persistência da chamada linguagem de bebê; dificuldade em aprender e lembrar o nome das letras e deficiência em saber o nome das letras do seu próprio nome (MEC, (2013).

Respalado nessa questão, Shaywitz (2006) refere que na pré-escola e 1ª série, a criança apresenta deficiência em entender que as palavras podem ser divididas em partes; incapacidade de aprender a associar letras e sons;

erros de leitura que não demonstram conexão alguma dos sons com as letras; incapacidade de ler ou de pronunciar uma palavra simples de uma só sílaba; reclamações sobre o quanto é difícil ler, esconder-se e correr quando é hora de ler; histórico de problemas de leitura presente nos pais e irmãos.

A partir da segunda série hoje 3º ciclo, os sinais da dislexia são observados ainda na fala com pronúncia incorreta de palavras longas, desconhecidas e complicadas, rupturas de palavras e omissão de partes de palavras, ou confundem a ordem das partes de uma palavra. Apresenta também discurso não fluente, pausas ou hesitações frequentes; realiza uso de linguagem imprecisa; confunde palavras com sonoridade semelhantes; necessita de tempo para elaborar uma resposta oral ou incapacidade de dar uma resposta verbal rápida quando questionado; dificuldade de lembrar partes isoladas de informação verbal (memória imediata) e problemas ao lembrar datas, nomes, números de telefones e listas aleatórias.

Durante a leitura a criança tem um progresso

de aquisição muito lento, falta estratégia para a leitura de palavras novas, não familiares e quando forem pronunciadas em voz alta; tenta adivinha a palavra ao lê-la; dependência do contexto para compreensão do que lê e melhor capacidade de entender palavras em contexto do que isoladas; ortografia desastrosa e problemas nos enunciados de matemática; extrema dificuldade para aprender uma língua estrangeira e autoestima em declínio. Além dos sinais de problemas fonológicos, há indícios de habilidades nos processos de pensamento de alto nível como excelentes habilidades de pensamento com conceitualização, raciocínio, imaginação e abstração; capacidade de entender o todo e de entender em alto nível palavras já aprendidas; melhora quando uma área de interesse se torna mais especializada e concentrada, quando o disléxico desenvolve um pequeno vocabulário que consegue ler.

Segundo Martins (2002) as estatísticas indicam que de 15% a 30% das crianças em idade escolar sofrem com suas dificuldades acadêmicas, sendo 15% delas disléxicas. Sem a assistência e o apoio necessários estas

crianças desestimulam-se, perdem-se e por fim desistem. Não seria esse um bom motivo para se investigarem os altos índices de reprovação e de evasão escolar? Mas, não é esse o propósito dessa revisão, ficando para outro momento.

Em detrimento as dificuldades acadêmicas, Shaywitz (2006) descreve que os sinais de dislexia em jovens adultos são problemas de fala, de leitura, pois partindo do pressuposto de que esses indícios se agravam ao longo da vida quando não são trabalhados durante a infância, os mesmos se tornarão discrepantes a partir dessa fase.

Cabe aos profissionais que trabalham com a linguagem, esclarecer e orientar outros profissionais que trabalham junto a essas crianças, esclarecer os fatores que podem estar influenciando negativa e positivamente para o seu aprendizado, bem como suscitar discussões a respeito da temática, contribuindo desta forma para a avaliação e adoção de condutas mais adequadas no que diz respeito aos conhecimentos do código gráfico e suas reais habilidades e dificuldades.

RECONHECENDO OS PROBLEMAS EMOCIONAIS DA CRIANÇA COM DISLEXIA

Um dos aspectos emocionais que podem ser desenvolvidos com a ajuda dos pais é a autoestima. Se a criança tiver uma autoestima elevada, ela desenvolverá com melhor proveito suas habilidades acadêmicas e enfrentará provavelmente com mais segurança a sua vida sócio-educacional.

Quando os pais se depararam com a insegurança dos filhos não devem subestimar os sentimentos, nem criticar, mas procurarem enfatizar as suas qualidades positivas e mostrar o quanto é valorizado não pelos acertos obtidos, mas pelo esforço de tentar enfrentar as dificuldades.

Segundo Selikowitz (2001) as crianças com dislexia percebem que enfrentam obstáculos que outras crianças não enfrentam e com isso muitas criam mecanismos bem-sucedidos para manter sua autoestima, apesar das dificuldades a mesma conseguiu manter seu objetivo; mas algumas desenvolvem mecanismos inadequados para

enfrentar o problema, gerando assim conflitos internos nela.

A autora ainda afirma que os problemas emocionais surgem como uma reação secundária aos problemas de rendimento escolar. A criança com dislexia pode apresentar alguns aspectos emocionais e atitude depressiva diante das suas dificuldades, fica geralmente deprimida, triste e se sente culpada; outro aspecto encontrado é a recusa de situações e atividades que exigem a leitura e a escrita, esse comportamento ocorre devido ao temor de viver novamente uma experiência de fracasso; comportamentos agressivos e pejorativos diante de seus superiores revelam negativismo.

Outros aspectos encontrados na criança estão relacionados à agressividade e hostilidade com seus professores e colegas adiantados na escola; sensação de antipatia relativamente à leitura; diminuição da autoestima; sentimento de insegurança, de vergonha e desespero são resultados do seu sucessivo fracasso e redução da motivação para as atividades que implicam a mobilização de competências acadêmicas, são aspectos que comprometem o aprendizado e necessita de um acompanhamento

terapêutico.

O esforço de lutar contra as dificuldades, a censura e a decepção às vezes leva a criança disléxica a manifestar sintomas como dores abdominais, de cabeça ou transtornos de comportamento como: comportamentos antissociais e agressividade que são típicos de ajuda profissional. Como cita Frank (2003):

O medo que essas crianças têm de alguém descobrir o seu problema é, talvez, o elemento mais significativo da vida secreta do disléxico, pois, geralmente, ela vai tentar manter seu transtorno em segredo, inclusive atos que envolvam ler, escrever, soletrar, falar em voz alta ou lembrar, mas isto é algo quase impossível na nossa sociedade, porém, há alguns disléxicos que conseguem ser bem criativos para escapar dessas tarefas (p.7).

Contudo, se apesar destas medidas, os excessos agressivos permanecerem, é necessário procurar ajuda de profissionais como médico ou psicólogo, pois se este hábito se tornar crônico, pode ser difícil erradicá-lo mais tarde e

assim perdurar na fase adulta. (SELIKOWITZ, 2001).

Portanto, diante desses sintomas é necessária a realização de um diagnóstico clínico e uma intervenção psicológica. Pois, com base nas informações, no histórico escolar da criança, nas observações de sua fala, e nos testes de leitura e escrita, os profissionais da área de saúde juntamente com a educação poderão avaliar a vida acadêmica da criança e com isso, favorecer um diagnóstico preciso e uma intervenção eficiente para que a criança, com indícios de dislexia, evite precocemente essa reprovação ou evasão. Como cita CAPELLINI, (2009) que:

No Brasil, grande parte dos alunos encaminhados a atendimento especializado não apresenta distúrbios de aprendizagem, mas sim dificuldades geradas por causas externas, com origem em fatores ambientais ou metodológicos (p.13-24).

Na coletânea de textos, realizada em Brasília pelo MEC/SEF (2003) pontua que os problemas em sala de aula com relação ao aprender, são causados principalmente

porque nossa política educacional ainda não reconhece a dislexia como uma categoria de transtorno de aprendizagem e as concepções pedagógicas predominantes no sistema educacional brasileiro não enfatizam, e até mesmo desencorajam veementemente, as relações grafo fonológicas na alfabetização.

Capellini (2009) cita que o quadro se reflete na formação acadêmica dos educadores e sua pouca familiaridade, com o conhecimento científico sobre os processos cognitivos e neuro funcionais relacionados à linguagem escrita, para ela os professores deveriam ter mais conhecimento sobre a sintomatologia da dislexia até porque é de base genético-neurológica. Uma vez que geralmente ele confunde transtorno de aprendizagem com problemas de aprendizagem. O primeiro de origem constitucional e intrínsecos ao escolar e o outro está ligado a problemas de origem ambiental ou extrínsecos ao escolar, aos quais incluem metodologia de alfabetização inadequada, problemas emocionais e afetivos na família e/ou na escola.

Conforme a autora, essa conjunção de fatores

eleva a ausência de critérios bem definidos e instrumentos pedagógicos que resolva as dificuldades de leitura e as possibilidades dos encaminhamentos adequados por parte dos professores. Quando a dislexia é diagnóstica e tratada precocemente, os impactos emocionais e comportamentais são evitados e a criança consegue remediar suas dificuldades e dar continuidade no processo de alfabetização.

Por tudo isso, diagnosticar, avaliar e fazer a intervenção, conhecer seu tipo e a natureza, sinais e sintomas da dislexia é um dever da equipe interdisciplinar, do Estado e da Sociedade como também um direito da família e da criança que apresenta dislexia em idade escolar. O papel do profissional que acompanha a criança com transtorno de aprendizagem é investigar o processo, o porquê a criança não aprende, uma vez que, a mesma não apresenta impedimento.

A EQUIPE INTERDISCIPLINAR E A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO E INTERVENÇÃO NOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Diagnóstico e intervenção na dislexia

Alguns pesquisadores que estuda a dislexia e suas formas de intervenção nas dificuldades que ela acarreta na vida do aprendiz não são unânimes quanto ao método mais eficaz de avaliação e intervenção, porém a maioria apresenta alguns pontos em comum. Entretanto, na história da psicologia a questão principal é em relação à existência de diversas teorias e as formas de se entender como dar processo de ensino e aprendizagem na dislexia. Enquanto isso se pergunta qual a importância do diagnóstico e da intervenção? Weiss (2006) ressalta a importância desses aspectos citando que:

O diagnóstico é uma investigação, uma pesquisa do que não vai bem com o sujeito em relação a uma conduta esperada. Será, portanto,

o esclarecimento de uma queixa, do próprio sujeito, da família e, na maioria das vezes, da escola. No caso, trata-se do não aprender, do aprender com dificuldade ou lentamente, do não revelar o que aprendeu, do fugir de situações de possível aprendizagem (p. 27).

No campo da pedagogia a dislexia é pouco conhecida e pouco diagnosticada por pais e educadores, especialmente os pedagogos, que se voltam ao desenvolvimento cognitivo das crianças na educação básica e na dificuldade curricular pedagógica.

Quando se trata de diagnosticar a criança com dislexia devem-se utilizar procedimentos que possibilitem determinar o nível funcional da leitura, seu potencial e capacidade, a extensão da deficiência, as deficiências específicas na capacidade de leitura, a disfunção neuropsicológica, os fatores associados e as estratégias de desenvolvimento e a recuperação para a melhoria do processamento neuropsicológico como também a integração das capacidades perceptivo-linguísticas (SALLES 2004 p.

109-32).

Assim nos conceitua Salles (2004) quando refere que o diagnóstico e a avaliação da dislexia, além de ser fundamental, também é muito importante para definir estratégias de intervenção, visando o sucesso escolar. Assim sendo, crianças disléxicas podem alcançar o sucesso no âmbito educacional, bem como ter atividades profissionais apoiadas na leitura e na escrita, estando o sucesso acadêmico relacionado ao apoio recebido na escola, na família e de profissionais especializados.

Em relação à intervenção, o professor media esse aprendizado. De acordo com Vygotsky (1989) o papel da aprendizagem será realçado para o desenvolvimento da criança, uma vez que precisa ser valorizado a escola, o professor e a intervenção pedagógica. Entretanto, é necessário considerar que a aprendizagem refere-se a um processo complexo no qual está incluso inúmeras variáveis. Exemplo: aluno, professor, contexto escolar, família, concepção teórica, organização curricular entre outros. Em detrimento a esse aprendizado deve-se respeitar o ritmo de

aprendizagem dos alunos com dislexia.

Bem como nos confirma o autor, uma intervenção bem sucedida depende de uma avaliação criteriosa e multidisciplinar dos profissionais como: (neurologista, fonoaudiólogo, psicólogo, pedagogo e/ou psicopedagogo). Quanto à intervenção pedagógica, os sujeitos com distúrbios de leitura e escrita devem participar de atividades que possam promover o desenvolvimento da consciência fonológica (GUIMARÃES, 2002).

Um dos requisitos importante para a criança com dislexia é ter seu direito respeitado, como: receber uma atenção especial do professor; sentar na primeira fila para manter uma maior atenção e ter um atendimento específico de acordo com suas necessidades apresentadas. Mesmo assim, o professor precisa usar vários recursos, como gravuras, desenhos, materiais pedagógicos, respostas orais, pois sem o auxílio desses instrumentos, o aluno ainda vai ter dificuldade de se expressar e de construir seu conhecimento.

É importante compreender que tudo demora ainda mais para a criança com dislexia, ela tem dificuldade em

escrever, ler, seguir direções e manter um ritmo de estudo. A criança precisará se empenhar mais do que seus colegas. Mesmo se usar todas as estratégias de cópia disponíveis, ainda assim, vai demorar mais que a maioria das outras crianças para terminar sua lição (MARTINS, 2004).

Consoante a Psicologia Histórico-Cultural, a educação é fundamental para que o homem se humanize e socialize no seu meio (LEONTIEV 1978, p. 272). Entretanto, para ocorrer a intervenção do profissional Psicólogo, no caso da dislexia é necessária uma interação entre saúde e educação. O psicólogo tem como finalidade ajudar a criança a melhorar e ultrapassar as dificuldades apresentadas.

Na dislexia em sala de aula não é possível à reeducação psicológica ou fonológica, onde se aplicam exercícios que fazem o sujeito tomar consciência fonética ou melhorar sua conduta comportamental. O principal objetivo da reeducação é a autonomização da criança, pois sabemos que uma criança disléxica será um adulto disléxico. Neste caso a Psicologia em complemento da Terapia da Fala tem como finalidade encaminhar essa criança para um

tratamento certo e adequado.

Neste caminho os intervenientes no processo de reeducação consistem no fornecimento de estratégias de compensação e promoção de adaptações curriculares tendo em conta cada caso. Ainda no processo de Reeducação, a criança é o principal ator da sua produção, dando-se ênfase as estratégias ativas que permitirão a gestão das suas próprias dificuldades, tornando a criança mais consciente das áreas onde residem as suas dificuldades e desenvolvendo a capacidade de autocorreção.

Por outro lado, o papel do psicólogo que intervém neste processo, se dar além de delimitar e executar as estratégias de intervenção, ele pode ser orientador e motivador da utilização das adaptações e programar técnicas nos diferentes contextos junto aos principais interventores como os pais e professores.

Em função desses fatores é importante que a criança passe por uma equipe multidisciplinar formada por Psicólogo, Fonoaudiólogo e Psicopedagogo, que inicie logo uma minuciosa investigação e faça um diagnóstico

para intervenção na dislexia. Essa mesma equipe deve ainda garantir uma maior abrangência do processo de avaliação, verificando se existe a necessidade do parecer de outros profissionais como Neurologistas, Oftalmologista, Otorrinolaringologista, Geneticista, Pediatra, para que os transtornos no campo pedagógico não tragam graves sequelas. Conforme nos conceitua ZONTA, (2008; p. 3), o mesmo nos esclarece que:

A equipe de profissionais verificará todas as possibilidades antes de confirmar ou descartar o diagnóstico de dislexia. Sendo relevante a avaliação multidisciplinar e de exclusão. Neste processo ainda é muito importante tomar o parecer da escola, dos pais e levantar o histórico familiar e de evolução do paciente/cliente.

Uma característica importante é haver uma boa troca de informações, experiências e até sintonia dos procedimentos executados entre profissionais, principalmente escola e família para fechar o diagnóstico sobre a dislexia. Uma observação interessante encontrada

no folheto da ABD (Associação Brasileira de Dislexia) é que depois da criança ser diagnosticada com dislexia, a valorização sobre “O fracasso escolar e os distúrbios de aprendizagem”, sofre uma alteração significativa, pois a criança não ficará mais exposta ao rótulo de preguiçosa, desatenta ou bagunceira (IANEZ e NICO, 2001).

Em complemento a toda essa situação, as autoras referem que o diagnóstico deve nortear as intervenções que os pais, os professores, o profissional e o próprio disléxico terão durante o acompanhamento. E quando os pais estiverem de posse desse resultado, devem procurar a escola e informar tanto a direção, quanto aos professores a atual situação do aluno.

De acordo com Salles (2004) o tratamento deve ser centrado na reeducação da leitura e escrita, abordando os aspectos envolvidos. Para autor, os profissionais, como o fonoaudiólogo ou o psicopedagogo, precisa ter propriedade sobre dislexia para trabalhar com esse distúrbio, como também se apropriar do diagnóstico, para planejamento cada etapa de aprendizagem, seguindo uma cronologia

adequada.

Ainda com o autor, a identificação precoce da dislexia é importante porque o cérebro apresenta maior plasticidade em crianças pequenas e é potencialmente mais maleável para um redirecionamento dos circuitos neuronais.

Como cita SHAYWITZ, (2006):

“A leitura é um código, e, independentemente de quem sejamos, devemos representar o que está impresso como um código neural que o cérebro saiba decifrar” (p.77).

EXPLANADO A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Segundo Nóvoa, (1993) o processo histórico de profissionalização do professor ao qual descreveremos se reporta a segunda metade do século XVIII, que foi um período importante na história da educação e da profissão docente, devido ao fato de, na época, se discutir, por toda a Europa, qual seria o perfil ideal dele?

A profissão de professor inicialmente teve lugar no

seio de algumas ordens religiosas que se transformaram em verdadeiras congregações docentes. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os jesuítas e os oratorianos, por exemplo, configuraram um corpo de saberes e técnicas e um conjunto de normas e valores específicos da profissão Nóvoa, (1995). O trabalho docente diferencia-se, então, como “conjunto de práticas”, tornando-se assunto de especialistas que são chamados a dedicar-lhe mais tempo e energia. Essas transformações extrapolaram o campo religioso, abrangendo o conjunto de indivíduos que se dedicavam ao magistério. Dentro desse foco, o magistério, desde a antiguidade, ainda se apresenta em um processo de reconhecimento da posição de “profissão”. Diante desse contexto, entendemos que: refere que:

“[...] A docência é uma atividade em processo de reconhecimento e de construção de sua profissionalização, a profissionalização do magistério acabou por ratificar a racionalização da escola, fortalecendo a ideia de que a formação do outro dependeria da aquisição de saberes especializado” (Santos, 2013; p. 12).

Entendemos que a criação de instituições de formação de professores se realizou em pleno século XIX, graças à conjugação de interesses, nomeadamente do Estado e dos professores. Considera-se, assim, que o docente, em sua trajetória, constrói e reconstrói seus conhecimentos conforme a necessidade de utilização deles, com base nas suas experiências e nos seus percursos formativos e profissionais.

Concordamos com Ávila (2005), quando cita Kuenzer (1999) afirmando que “a maior lição a ser desenvolvida será a necessidade de rever a função e o papel do professor, pois são outros os saberes que o professor precisa construir”.

Pelo que observamos, é essa a formação que o educador do nosso tempo necessita para realizar um bom trabalho, tendo em vista o desenvolvimento integral dos alunos. Para isso, é preciso que sua atuação se pautar por competências e pela capacidade de enfrentar desafios. A obra de Perrenoud, “Dez Novas Competências para Ensinar”

(2000), vem ao encontro da temática, pois abre novos caminhos de identificação, modernização e estratégias de inovação, por ser inspirada num referencial que acentua o novo papel do professor.

Foi desenvolvida uma pesquisa por Damasceno e Silva (1996) que envolve a questão do saber docente na sua prática pedagógica e na relação do saber advindo da prática social. O estudo foi realizado em escolas do ensino fundamental e a partir dos dados adquiridos pôde-se perceber o quanto o trabalho docente ainda tem sido embasado por uma racionalidade instrumental. No entanto, é interessante que os professores percebem a importância de se desenvolver uma prática pedagógica mais consistente que esteja mais diretamente ligada com a vida das crianças. Dessa forma, os autores referem que:

Pensar na formação do professor envolve, assim, capacitá-lo, dentre outras coisas, para lidar com o conflito resultante do confronto entre os saberes diversificados dos diferentes grupos sociais que frequentam a escola, e aquele saber

sistematizado presente em um determinado momento histórico-social e que a escola se propõe a transmitir. (Damasceno e Silva, 1996; p. 20).

FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR

Segundo Sacristán, (1999, p.64) a formação continuada do professor está ligada ao desenvolvimento da escola, do ensino, do currículo e da profissão docente. Conforme o autor, além da aprendizagem da matéria a ser dada em sala de aula, a formação de professores traz consigo aspectos relevantes que constituem o ser professor. Um dos polos de referência do pensamento sobre a educação, objeto obrigatório da investigação educativa e pedra angular dos processos de reforma dos sistemas educativos, é a formação dos professores (WENGZYNSKI, 2012).

Estudo realizado sobre a formação do docente perpassa por um conhecimento ao qual coloca o professor como sujeito desse conhecimento, que vai além do campo de sua atuação. É fundamental conhecer o professor, sua

formação básica e como ele se constrói em sua docência, pois ajuda a compreender as suas práticas pedagógicas no contexto escolar. Entendemos que se tornar professor, é um processo de longa duração, de novas aprendizagens e sem um fim determinado (NÓVOA, 1999).

Para Imbernón (2010) o professor deve manter uma formação continuada, para seu desenvolvimento profissional, pois favorece a contextualização de novas circunstâncias e ressignifica uma melhor atuação dentro de sala de aula.

Para o autor estabelecer novas questões em relação a sua prática, e compreendê-las sob o enfoque da teoria e com ela permitir articular, novos saberes na construção de sua docência é muito importante para seu processo de formação. Uma vez que a formação estar diretamente ligada ao papel do professor, elevando suas possibilidades de transformação, suas práticas pedagógicas e sobre tudo promovendo seu desenvolvimento pessoal, profissional e institucional. Haja vista que, tal prática está para além das atualizações científicas, didáticas ou pedagógicas do

trabalho docente.

Refletindo sobre a formação continuada do professor, percebemos que contribui de forma significativa para seu desenvolvimento e seu conhecimento profissional, cujo objetivo, entre outros, é facilitar a capacidade reflexiva sobre sua prática docente como também elevar sua consciência coletiva.

Conforme Imbernón (2010), a formação continuada conquista espaço privilegiado por permitir a aproximação entre os processos de mudança que se deseja fomentar no contexto da escola e a reflexão intencional sobre as consequências destas mudanças.

Hargreaves (2002) considera os aspectos da formação continuada importante, pois revela que contextualiza um processo que envolve o aprendizado, o planejamento e a reflexão. Também, envolve valores, propósitos e conceitos associados ao que está sendo modificado. Haja vista que, temos necessidade de se fazer parte constituinte dessas mudanças e as elabore num contexto mais amplo de reflexão. Encontramos esse

contexto quando ele cita que:

Os professores não alteram e não devem alterar suas práticas apenas porque uma diretriz lhes é apresentada, e eles se sentem forçados a cumpri-las. Eles não podem evocar novas práticas a partir de nada ou transpô-las de imediato do livro didático para a sala de aula. Os profissionais necessitam de chances para experimentar a observação, a modelagem, o treinamento, a instrução individual, a prática e o feedback, a fim de que tenham a possibilidade de desenvolver novas habilidades e de torná-las uma parte integrante de suas rotinas de sala de aula. (HARGREAVES, 2002, p.114).

A formação continuada perpassa pela mudança das práticas no âmbito dos docentes e da escola, possibilitando a experimentação do novo, do diferente a partir das suas experiências profissionais, as quais ocorrem neste espaço e tempo, permeando um processo constante de mudança e intervenção na realidade em que se insere e predomina esta

formação.

Apesar do conceito de prática ser polêmico, está ligado diretamente à ação orientada e dotada de sentido em que o sujeito possui uma função imprescindível como agente numa estrutura social. De acordo com Sacristán, (1999):

A prática é entendida como a atividade dirigida a fins conscientes, como ação transformadora de uma realidade; como atividade social historicamente condicionada, dirigida à transformação do mundo; como a razão que fundamenta nossos conhecimentos. A prática pedagógica, entendida como uma práxis, envolve a dialética entre o conhecimento e a ação visando conseguir um fim, buscando uma transformação cuja capacidade de mudar o mundo reside na possibilidade de transformar os outros. (p.28)

Segundo Ribeiro e Jutras (2006, p.43), a partir dos laços afetivos a criança desenvolve a compreensão, a confiança, o respeito mútuo, a motivação e o amor que

podem trazer benefícios para a aprendizagem escolar. Desta forma, por isso, é imprescindível olhar a afetividade de cada aluno, bem como do educador. Como afirma Arantes 2002:

Os sentimentos, as emoções e os valores devem ser encarados como objetos de conhecimento, posto que tomar consciência, expressar e controlar os próprios sentimentos talvez seja um dos aspectos mais difíceis na resolução de conflitos. Por outro lado, a educação da afetividade pode levar as pessoas a se conhecer e a compreender melhor suas próprias emoções e as das pessoas com quem interagem no dia-a-dia. (p. 172).

Em Pérez-Gómez (2000, p.95), temos que “o aluno aprenderá de forma relevante o que considere necessário para sobreviver com êxito na escola, o que venha exigido pelas peculiaridades da cultura escolar”. Podemos perceber que o educando aprende envolto por um misto de sentimentos, de emoções e de sensações, que se originam nos fatores motivadores para a aprendizagem.

Portanto, é de primordial importância o seu

profundo conhecimento sobre dislexia, acompanhar de perto a evolução da aprendizagem das crianças disléxicas, avaliando seus aspectos individuais, tanto os cognitivos como os afetivo-emocionais, bem como os familiares e os da sociedade em que convive na totalidade, já que esse todo é o que constrói o universo de cada um. Então os professores tem que fazer formação continuada para melhor entendimento desse transtorno para poderem implantar metodologias favoráveis para desenvolvimento do aluno com dislexia.

Transtorno específico da habilidade em matemática: discalculia

Encontra-se na sociedade um mercado de trabalho muito abrangente e muito competitivo, exigente de indivíduos conhecedores da leitura, da escrita e da matemática. Com isso, é de grande importância o aprendizado da matemática, que envolve símbolos expressos através dos números, dos sinais operacionais, do cálculo e do raciocínio matemático.

Sendo assim, na vivência cotidiana convive-se com ações numéricas, como: números telefônicos, senhas, checagem de velocidade e outros. Em algumas ocasiões que é preciso fazer cálculos, e para isso passa-se pelo processo de aquisição destas habilidades, que ocorre no ambiente escolar.

Na escolar onde acontece o ensino-aprendizagem e a construção do conhecimento, tem sido observada em alunos, a discalculia, que é uma dificuldade de aprender aritmética, e tem se manifestado constantemente.

Este distúrbio é específico na habilidade em matemática, e se expressa quando o aluno não consegue compreender o enunciado matemático.

De acordo com Drouet (1990, p.131):

Discalculia é o termo usado para indicar dificuldade em matemática, o aluno pode automatizar os aspectos operatórios (as quatro operações, contas, tabuada), mas encontra dificuldade em aplicá-los em problemas. Às vezes não consegue entender o enunciado do problema, porque tem dificuldade

na leitura do mesmo.

Discalculia é a dificuldade que o aluno tem em aplicar as operações numéricas na realidade cotidiana, também expressam dificuldade na compreensão do enunciado do problema por ter bloqueio na leitura. Isso também acontece com os disléxicos graves.

O aluno que demonstra dificuldade do entendimento linguístico e conceitual, para compreender o enunciado do problema, é perceptível que irá apresentar dificuldade na resolução do problema, pois seu bloqueio não está nas habilidades básicas de contagem, mas, sim, na compreensão da leitura.

Antes de o aluno ser encaminhado a equipe interdisciplinar para realizar o diagnóstico, em sala de aula ao longo do processo de aprendizagem detecta-se nas tarefas que o aluno realiza os seguintes sintomas: erro na formação de números, fica invertido; dislexia; inabilidade para efetuar somas simples; inabilidade para reconhecer sinais operacionais; dificuldade em ler corretamente o valor de

números; pouca memória dos números básicos; dificuldade de transportar números para local adequado na realização de cálculos, ordenação e espaçamento inapropriado dos números em multiplicação e divisão. (JOSÉ e COELHO, 2004).

Faz-se necessário verificar se o aluno que apresenta dificuldade em matemática não tem deficiência na leitura.

As causas da discalculia podem ser pedagógicas, envolvendo a prática de ensino do professor, podendo ser não-neurológica, sendo que a neurológica é quando o aluno apresenta deficiência mental. (op.cit).

Para ocorrer o diagnóstico do distúrbio da discalculia é preciso conscientizar e qualificar os professores para perceberem em sua sala de aula os alunos com dificuldade em aprender matemática. Porém, alguns professores alegam que o aluno não aprende devido à preguiça, mas diante da situação encontrada em sala, está presente o distúrbio específico em matemática.

Portanto, o diagnóstico é realizado por uma equipe interdisciplinar, onde são feitos estudos de neuroimagem,

ressonância magnética cerebral funcional. No processo de reabilitação do aluno com discalculia, o profissional desenvolverá atividades que servirão de intervenção. A partir do momento que estas forem executadas, desenvolvendo as noções de números elementares de 0 a 9, que são as habilidades léxicas, o aluno desenvolverá também a produção de novos números, que é habilidade sintática, noções de quantidades, ordem, tamanho, espaço, distância, hierarquia, cálculos com as quatro operações e o raciocínio matemático. Dessa forma, ocorrerá a intervenção que auxiliará no trabalho de fatores matemáticos relacionados ao cotidiano do aluno. Estas atividades precisam ser trabalhadas de forma não-verbal significativas, ou seja, de forma mais concreta com a utilização de objetos no cotidiano do aluno.

Além disso, após estes trabalhos o aluno será levado a interação com fatos aritméticos mentalmente, que estão presentes no seu dia-a-dia. Serão apresentados objetos, figuras, ambientes que estejam presentes no seu cotidiano, para assim, o aluno perceber o espaço, o tamanho,

a espessura, as formas geométricas e observar os detalhes semelhantes e as diferenças existentes nos lugares e objetos. A partir daí, será desenvolvido no aluno a habilidade de percepção viso espacial. Nos objetos apresentados pode incluir os números, letras e figuras geométricas. (ROTTA, OHLWEILER e RIESGO, 2006).

O professor do ensino fundamental dos anos iniciais pode trazer para sua sala de aula conteúdos e metodologias que auxiliarão seus alunos, em especial os que têm dificuldades em aprender matemática. Os conteúdos a trabalhar podem ser; percepção de figuras e formas, espaço, ordem e sequência, representação mental, conceitos de números e operações aritméticas.

Estes conteúdos podem ser trabalhados acompanhados de procedimentos didáticos que realmente estimulem o aluno a interagir com o que lhe será oferecido, sem o deixar disperso, e que de fato seja visível a construção do conhecimento.

Transtornos de déficit de atenção / Hiperatividade - TDAH

Observa-se nas escolas alunos que em seus comportamentos apresentam bastante falta de atenção, acarretando frequentes erros em tarefas simples, dificuldade para prestar atenção em atividade de grupos, mostrando-se também inquietos, movimentando-se constantemente durante a aula sem necessidade e sem paciência. No entanto, estes comportamentos os impedem de estarem atentos ao que lhes é ensinado e vem afetando a aprendizagem.

Percebe-se que a desatenção mostra-se como um dos maiores causadores do fracasso escolar do aluno que tem dificuldade de aprendizagem. Esta desatenção é refletida na escrita quando o aluno, ao escrever, omite algum sinal que é próprio à letra: tipo o traço da letra t, o ponto do i. Em situações matemáticas, ao ser colocado para fazer uma conta de somar e o aluno faz de subtrair, também reflete a desatenção, isso não significa dizer que ele não saiba, mas, que diante da explicação não prestou atenção ao

sinal correto da operação. Com isso, seu aprendizado fica comprometido.

Conforme o apresentado compreende-se que tal comportamento é sintoma do Transtorno de Déficit de Atenção/ Hiperatividade - TDAH, sendo visível com crianças em idade escolar.

Segundo Rotta, Ohlweiler e Riesgo, (2006, p.303):

Define-se o transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade (TDAH) como uma síndrome neuro comportamental com sintomas classificados em três categorias: desatenção, hiperatividade e impulsividade. Portanto, o TDAH se caracteriza por um nível inadequado de atenção em relação ao esperado para a idade, o qual leva a distúrbios motores, perceptivos, cognitivo e comportamentais.

Para tanto, entende-se por TDAH como uma síndrome que está relacionada ao comportamento do aluno, podendo ser visto na agitação das mãos e dos pés, no remexer na cadeira, no falar muito, e no não conseguir

permanecer sentado. Este comportamento é hiperatividade que é uma das categorias citadas. Já a dificuldade em prestar atenção a detalhes, e ao ficar distraído, expressa a desatenção. A impulsividade é vista no comportamento agressivo, irritação ao responder perguntas antes do tempo, manifestando dificuldade em aguardar sua vez. Então, estas categorias são sintomas expressos pelo portador do TDAH, caracterizado por uma atenção desordenada encontrada numa faixa etária não esperada, porém, afetando o desenvolvimento cognitivo do aluno, na sua coordenação motora e na capacidade de percepção que se mostra como distúrbio.

Segundo Rotta, Ohlweiler e Riesgo, (2006, p.303)

“A prevalência do TDAH é estimada em torno de 3 a 30% nas crianças em idade escolar, em diferentes países, incluindo o Brasil”.

Com isso, observa-se que a prevalência tende a diminuir com o aumento da idade.

O TDAH tem sua etiologia multifatorial, sendo os fatores genéticos e os ambientais. Nos fatores genéticos

estão inseridos dois genes, DAT que é o gene transportador de dopamina e o gene DRD4 que é o gene que codifica o receptor de dopamina. Os fatores ambientais são divididos em pré, peri e pós-natal. O pré-natal compreende-se pelas infecções da mãe, o perinatal ocorre no trabalho de parto e o pós-natal são as infecções apresentadas no bebê. (ROTTA, OHLWEILER e RIESGO, 2006).

Os fatores ambientais têm sua relevância no conhecimento do ambiente em que a criança está desenvolvendo a sua relação afetiva com a família que está inserida.

O diagnóstico inicia com o relato da história do aluno para identificar fatores de risco, a queixa que levou os pais ou professores a buscar a consulta com o especialista, observa se a queixa é predominantemente por desatenção, hiperatividade, sendo estas somadas ou isoladas. É interessante saber destes comportamentos a partir dos sintomas observados pela família, os locais, além da escola e da residência que o aluno apresenta tais sintomas. Faz-se necessário observar os cadernos e os

resultados das avaliações escolares, que revelam desatenção e impulsividade, para assim verificar as habilidades cognitivas, como a história do atraso da linguagem e a dificuldade de aprendizagem.

No entanto, a história familiar também deve ser estudada, pelo fato do TDAH ser uma patologia com base genética. Então, a observação da história dos pais, tios, avós e primos contribui para a compreensão do quadro clínico. (ROTTA, OHLWEILER e RIESGO, 2006).

Além disso, após ter avaliado a história do aluno, é importante observar os critérios do DSM-IV(Manual Diagnóstico e estatístico de transtornos mentais), para os diagnósticos. Na categoria de desatenção os sintomas são: a falta de atenção na escola, com erros frequentes em tarefas simples; dificuldades para manter a atenção em atividade em grupo; falta de atenção à fala direta; erros em seguir instrumentos, com dificuldades para finalizar tarefas; dificuldade para organizar atividades escolares; falta de êxito na execução de atividades que requerem atenção sustentada e por fim, distração fácil aos estímulos externos.

Enquanto na hiperatividade, durante pelo menos seis meses, os sintomas se manifestam por meio dos movimentos constantes de braços e pernas; frequentemente o aluno se levanta durante a aula; tem o hábito de correr em situações inadequadas, participar de atividade em grupo como o hábito de falar em excesso.

Já na categoria da impulsividade, se o aluno tem dificuldade de esperar sua vez, causando interrupções ou intromissões na conversa dos outros.

Após a observação dos critérios do DSM-IV, são feitos exames neurológicos (EN) e exame neurológico evolutivo (ENE).

Conforme Rotta, Ohlweiler e Riesgo, (2006, p.305):

No ENE são destacadas não só as dificuldades na habilidade motora, por meio do exame da coordenação apendicular de tronco e membros, como também no equilíbrio estático e dinâmico, além da noção de esquema corporal, considerando principalmente a noção de direita e esquerda, no próprio corpo, no

examinador e no espaço, o que se refletirá no livro, no caderno e no quadro-negro, ou em outras dificuldades gnósticas e práxicas relacionadas com a desatenção e a hiperatividade/ impulsividade.

Compreende-se que o exame neurológico evolutivo trabalha com todas as áreas precisas do indivíduo que apresenta fatores de risco de TDAH. Eles não se limitam só ao corpo, mas alcançam também as atividades pedagógicas que diretamente podem refletir, eficazmente, na presença das categorias próprias do transtorno.

Para definir o diagnóstico, o profissional não deve esquecer de verificar as co-morbidades que o aluno possa ter. Co-morbidades são transtornos que o aluno tem que é paralelo ao que está sendo diagnosticado, vistas no diagnóstico diferencial, pois os sintomas encontrados podem ser secundários de outros diagnósticos, podendo ser mostrado alguma co-morbidade.

O aluno com TDAH revelando dificuldade de aprendizagem pode apresentar dislexia, disgrafia e

discalculia, sendo a dislexia uma co-morbidade que está mais em evidência.

As co-morbidades principais são as seguintes, transtorno de aprendizagem; transtorno de linguagem; epilepsia; transtorno de conduta; transtorno opositor desafiante; transtorno de ansiedade; transtorno do humor; tiques; enurese e abuso de substâncias. (ROTTA, OHLWEILER e RIESGO, 2006).

Quando o prognóstico apresenta o TDAH com uma ou mais co-morbidades, o caso é grave.

O diagnóstico e o tratamento do TDAH são realizados por uma equipe multidisciplinar, com a presença de profissionais da neurologia, psiquiatria, psicopedagogia, fonoaudiologia, psicologia e pedagogia.

Quando no tratamento o trabalho a ser feito envolver a fala, este será feito pelo fonoaudiólogo, no comportamento será pelo psicólogo ou o psiquiatra da infância e adolescência, no que se refere à aprendizagem será pelo pedagogo ou o psicopedagogo; e nas indicações medicamentosas pode ser feito tanto pelo neuropediatra

como pelo psiquiatra infantil.

O tratamento do TDAH trabalha visando reorganizar e viabilizar um comportamento satisfatório na família, na escola e em outros ambientes que o paciente convive.

Os alunos que apresentam distúrbios de aprendizagem que tem TDAH podem refletir diferentes níveis de intensidade, podendo ser o TDAH do tipo desatento, hiperativo ou até o misto. Os meninos se mostram mais hiperativos e as meninas desatentas, sendo que eles vão mais cedo ao especialista que as meninas.

A defasagem no aprendizado escolar é mais afetada pela desatenção, pois, está atento é de suma importância para aquisição do conhecimento, mais adequado.

Além disso, é importante que o professor compreenda que o aluno com TDAH se distraia com facilidade em relação aos demais alunos. Assim, precisa-se que o professor tenha conhecimento adequado do TDAH para desenvolver um excelente trabalho com seu aluno, lhe proporcionando situações que possam vencer as dificuldades

com a matemática, a leitura ou a escrita.

Mediante o exposto, enfatiza-se que o conhecimento eficaz do TDAH tem sua relevância para o aprendizado do aluno, pois auxilia no diagnóstico dos distúrbios de atenção e hiperatividade, suprindo às dúvidas trazidas pelos professores, pela escola e pais de alunos que cotidianamente tem convivido com tal transtorno. A comunidade escolar adquirindo o referido saber abrir-se a para a inclusão, adaptando a escola para acolher alunos com diversos distúrbios que chegam a afetar no rendimento escolar.

Na comunidade escolar são detectados alunos com diversos distúrbios de aprendizagem refletindo no desempenho escolar, mostrando-se insatisfatório. Para isso, se faz necessário a presença do professor no exercício do seu papel enquanto profissional da educação que convive diariamente com o aluno em sua sala de aula e que tem conhecimento dos seus comportamentos.

O papel do professor consiste em preocupar-se com a aprendizagem do aluno, então diante de tamanha preocupação sua postura é de ser um observador, a fim de perceber como seu aluno está aprendendo e se apresenta algum problema no seu aprendizado. A observação pode ser feita a partir dos seguintes critérios: ver se o aluno tem dificuldade de movimentação ao executar tarefas que os outros realizam com facilidade; observar se tem problema de fala; se não consegue ler a uma certa distância as palavras escritas no quadro-de-giz; se não entende bem o ditado, se é superexcitado ou então muito quieto, desanimado, distraído e se não consegue aprender a ler nem a escrever até o final do ano letivo. No entanto, seu papel frente aos distúrbios de

aprendizagem é de suma importância, para a contribuição na construção do diagnóstico do distúrbio que o aluno possa ter (DROUET, 1990).

A contribuição que o professor favorece frente aos distúrbios de aprendizagem parte da sua observação dos alunos e dos seus relatos que explicitarão os obstáculos enfrentados por eles diante do que lhe é ensinado.

Assim sendo, o professor precisa estar atento ao seu aluno e a sua prática pedagógica para evitar rotulações e conhecer os comportamentos expressos em sala de aula, que são: emocional, afetivo e cognitivo. Faz-se necessário o conhecimento específico dos distúrbios para saber lidar com tal situação.

De acordo com José e Coelho (2004, p.158) “Alguns professores têm tentado lidar com os distúrbios de comportamento por métodos diretos e às vezes drásticos: punição física, expulsão da sala de aula, sarcasmo, repreensão etc”.

A postura brusca diante do comportamento do aluno, mesmo sendo distúrbio ou não, pode causar um

bloqueio no seu processo de aprendizagem, pois, vai lhe faltar o estímulo para estudar, podendo causar uma barreira para a aquisição do conhecimento.

Após a observação, parte-se para o acompanhamento, que acontece quando o professor junto à equipe pedagógica da escola e especialistas direcionarão o aluno ao tratamento específico. Mesmo com o trabalho do especialista, o professor desenvolverá atendimento individual, inserindo o aluno nos trabalhos da sala de aula que estejam compatíveis com seus limites.

Portanto, o professor ao detectar alunos com distúrbios de aprendizagem em sua sala de aula não deverá ficar acomodado diante destas situações, mas sim a partir do distúrbio que tenha o aluno deverá desempenhar um papel de auxiliador para acontecer a superação de tal distúrbio, devido o aluno necessitar de muita motivação para aprender e acreditar que pode aprender.

Sensibilização do professor diante dos distúrbios de aprendizagem

Feito o diagnóstico do distúrbio específico de aprendizagem que o aluno reflete em sala de aula, o professor com o conhecimento do que seja o distúrbio, adquirido por meio do trajeto percorrido com observações e relatos junto à equipe multidisciplinar, sensibilizar-se com seu aluno diante do distúrbio que o dificulta na aquisição do conhecimento.

Em sala de aula precisa-se crescer a atenção ao aluno, em especial ao processo de aprendizagem, estando sempre numa condição de facilitador da aprendizagem, mantendo o respeito à dignidade do aluno, o tratando com compreensão e ajuda construtiva que o desenvolverá na descoberta das respostas para seu problema de aprendizagem.

Segundo Drouet (1990, p.169) “Como educadores devemos tentar compreender esses alunos e fazer o possível para não prejudicá-los, devemos principalmente tratá-los com paciência e não esquecê-los no fundo da classe”.

O ato da compreensão e da paciência é de fato muito importante na relação professor-aluno e em especial com os portadores de distúrbios de aprendizagem, onde estes alunos não devem ser esquecidos e nem destratados em sala de aula e na comunidade escolar.

O professor sensibilizado com o distúrbio de aprendizagem que tem seu aluno, apresenta uma percepção bem aguçada e sua postura frente à situação de insatisfação de aprendizagem do aluno se apresenta sempre disponível para o assistir individualmente com aulas de reforço, o colocando sentado na primeira fila, em turma com pequeno número de alunos, em vista de realizar um acompanhamento mais atencioso. (ROTTA, OHLWEILWER e RIESGO, 2006).

O uso de recursos pedagógicos que chama à atenção do aluno nunca faltará em suas aulas, pois com estes alunos a prática de ensino precisa bem estimulada.

O método de ensino do professor sensibilizado demonstra interesse pelo bom desempenho escolar do aluno, sua prática é adequada à realidade da turma e o seu

trabalho sempre é desenvolvido com o intuito de alcançar os objetivos disciplinares.

De acordo com Farrell (2008, p. 38);

Quando o professor se preocupa com o desempenho e o progresso de um aluno pode consultar o coordenador e obter mais informações. É importante que as informações sobre o desempenho do aluno em leitura e ortografia sejam coletadas em diferentes ambientes: na classe toda, em pequenos grupos e em diferentes matérias do currículo.

Neste sentido, para o professor realizar excelentes contribuições no rendimento escolar do aluno, se faz necessário trabalhar junto ao coordenador pedagógico, para assim, adquirir dados do desenvolvimento do aluno em outras atividades da escola, extra sala de aula em que está inserido o aluno e nas demais disciplinas do currículo.

Sendo assim, o professor diante do desempenho sofrível do aluno frente a escrita, leitura, ortografia e a matemática é importante o tranquilizar, tornando prazerosa

a aprendizagem de cada uma destas habilidades. Para isso, faz-se necessário o uso de recursos pedagógicos, como jogos e materiais concretos que estão bem presentes no cotidiano do aluno, como a simulação de compra utilizando dinheiro, pode tornar o trabalho relevante e o aprendizado torna-se significativo.

Percebe-se que o professor ao abraçar a causa do aluno portador de distúrbio de aprendizagem visando facilitar, guiar e orientar a aprendizagem, não se limita diante de uma turma heterogênea, onde os alunos aprendem de forma diferente e com ritmo diferente.

Conforme afirma Shaywitz (2008, p.210):

A motivação é fundamental para aprendizagem e pode ser fortalecida pela adesão a alguns princípios simples: primeiramente, qualquer criança, e especialmente uma criança disléxica, precisa saber que seu professor se interessa por ela. Em segundo lugar, a motivação aumenta quando a criança tem a sensação de controle [...].

Neste contexto, qualquer aluno para aprender precisa ser motivado, onde esta motivação pode ser arrimo para o aprendizado de alunos disléxicos, pois necessitam sentir firmeza do professor que tem a intenção de ensinar, promovendo o aprendizado do aluno. Para assim, o aprendiz sentir-se seguro, em que cresce nele a motivação diante das tarefas escolares.

Portanto, este profissional deverá ter sempre atitudes postuladas de inovações e compreensão, pois buscará o auxílio de outros profissionais; como o psicopedagogo, o psicólogo e o coordenador pedagógico.

Intervenções Escolares no Tratamento dos Distúrbios de Aprendizagem

As intervenções escolares diante dos distúrbios de aprendizagem visam focalizar este problema, dentro das escolas regulares, com a elaboração de programas e projetos específicos de intervenção que serão realizados nas salas de aula com alunos portadores de dislexia, discalculia

e TDAH.

Nos anos iniciais do ensino fundamental estes distúrbios refletem com mais clareza diante das frequentes dificuldades que o aluno demonstra nas atividades cotidianas em sala de aula.

Desse modo, é papel fundamental da escola promover suas intervenções no tratamento do aluno portador de distúrbio de aprendizagem. No entanto, para acontecer à intervenção da escola no tratamento deste aluno precisa-se compreender que a causa do fracasso escolar não está unicamente centrado na escola, mas num conjunto de fatores que trabalham juntos no processo escolar do aluno. Neste conjunto de fatores estão os professores, os métodos de ensino, os recursos didáticos, o sistema, a escola e a família. (ROTTA, OHLWEILER e RIESGO, 2006).

A intervenção pedagógica acontece dentro destes fatores, contribuindo para a criação de um ambiente adequado, possibilitando ao aluno um excelente rendimento escolar. É fundamental que a escola tenha boas condições físicas de sala de aula, sabendo que o ambiente seguro,

limpo, arejado, com boa iluminação e um número limitado de aluno em sala de aula favorece um bom acompanhamento do professor para com o aluno.

As boas condições pedagógicas contribuem no tratamento dos distúrbios quando estão relacionadas à disponibilidade do material didático adequado a idade do aluno, e quando o método pedagógico é exercido conforme a realidade encontrada em sala de aula.

A escola precisa dispor de uma equipe de professores que trabalhem com motivação, dedicação e qualificação, para que os trabalhos realizados com o aluno sejam eficazes.

Aponta-se um conjunto de intervenções que servirão para todos os alunos da escola, devido existir diversos distúrbios relacionados à aprendizagem, pois são encontrados nas salas de aula grupos heterogêneos de alunos portadores de distúrbio específico de aprendizagem, como dislexia, discalculia e TDAH.

Além disso, a escola para fazer suas mudanças precisa planejar juntamente com sua equipe pedagógica e

especialista da área, métodos pedagógicos que estimulem o aluno no seu processo de aprendizagem, favorecendo um excelente tratamento do distúrbio, para suprir as necessidades de cada aluno. E nestas intervenções o professor e os funcionários da escola que trabalham diretamente com os alunos precisam conhecer os distúrbios mais presentes.

Para tanto, a intervenção acontece quando a escola empenha-se para estudar os distúrbios mais frequentes na comunidade escolar, quando realiza pesquisas junto a sua clientela e levanta hipóteses diante dos comportamentos do aluno.

Vale ressaltar que no tratamento, a escola precisa trabalhar em unidade com a equipe multidisciplinar, em que esta fornecerá as orientações precisas, remetendo sempre as boas condições para o aprendizado do aluno.

De acordo com Rotta, Ohlweiler e Riesgo, (2006, p.204):

A intervenção em crianças com discalculia será bem-sucedida quando as noções de números elementares de 0 a 9 (habilidade

léxica), a produção de novos números (habilidade sintática), as noções de quantidade, ordem, tamanho, espaço, distância, hierarquia, os cálculos com as quatro operações e o raciocínio matemático forem trabalhados, primeiramente como experiências não-verbais significativas.

O trabalho de intervenção com o aluno que tem discalculia precisa partir do conhecimento básico relacionado com sua vivência cotidiana, promovendo a interação do aluno com o espaço que o rodeia a fim de instigar nele a percepção da presença aritmética nos objetos e ambiente.

A escola para realizar a intervenção no tratamento do aluno disléxico pode executar propostas de ação pedagógica que auxiliem o aluno de forma individual segundo os trabalhos solicitados pelo professor, podendo assim, ensinar o aluno a fazer anotações resumidas do que foi explicado em sala de aula; utilizar materiais que o disléxico visualize tais como, figuras, gráficos, ilustrações

ajudando no acompanhamento do texto impresso. Também se faz necessário evitar a cópia de textos longos no quadro de giz, evitar mandar com frequência para casa tarefas que tenham leitura e escrita; providenciar um local tranquilo para que o aluno disléxico faça seus testes ou avaliações, com mais atenção sem se dispersar, evitando que o barulho venha levá-lo a perder a concentração da leitura; e expor sempre para o aluno os pontos positivos do trabalho feito por ele.

A intervenção do aluno com TDAH envolverá a escrita, a leitura, a grafia, a ortografia, a produção textual e a matemática. Para isso, esta intervenção acontecerá em especial no comportamento destes alunos devido serem muito agitados e desatentos, para tanto, precisa-se desenvolver níveis de autocontrole. (ROTTA, OHLWEILER e RIESGO, 2006).

Sendo assim, percebe-se que a contribuição da escola, realizando trabalhos de intervenção com seus alunos é de grande relevância, pois, esta postura no tratamento dos distúrbios de aprendizagem estimula o aluno a aprender.

Segundo Shaywitz (2006, p.192):

Vários pontos são essenciais para uma intervenção de sucesso. O primeiro é o conteúdo [...], as questões de implementação, quando, como, por quem e por quanto tempo a intervenção é apresentada ao aluno. [...] Esses fatores determinam o sucesso ou o fracasso mesmo das melhores intervenções.

Percebe-se que, para a intervenção alcançar sucesso, precisa-se ter clareza do conteúdo trabalhado e os passos corretos para realizar a intervenção, observando a duração, como vai fazer e quando pode intervir, assim o trabalho de intervenção é seguido por uma direção e de forma não aleatória.

A Atividades que ajudam na reabilitação da criança com distúrbios de aprendizagem

Reabilitação é uma ação que em alguns momentos

da vida deve ser feita, e feita com clareza do objetivo que se quer alcançar. E para alcançar o objetivo almejado, é necessário analisar a situação na qual se encontra o indivíduo, considerando que a reabilitação tem a função de auxiliá-lo em tal problema vivido.

Neste sentido, planejam-se atividades psicoeducacionais para trabalhar com alunos portadores de distúrbios de aprendizagem a fim de auxiliá-los no seu desenvolvimento escolar, ajudando na reabilitação por meio do desenvolvimento de habilidades básicas para a aprendizagem. Tais atividades são realizadas pelos profissionais (o psicopedagogo, o psicólogo, professor e o fonoaudiólogo) que lidam diretamente com estes distúrbios de aprendizagem.

Sendo assim, o profissional antes de executar as atividades precisa está bem atento ao distúrbio específico do aluno, para a partir daí elaborar seu plano de ação.

Compreende-se, dessa forma, que as atividades para trabalhar na reabilitação do aluno facilitam sua integração com o ambiente escolar, promovendo a adaptação com os

que o rodeiam e com o conhecimento que a escola oferece.

Nesta dimensão, os exercícios de reabilitação serão norteados pelas 53 capacidades básicas para a aprendizagem, feitas por Vallet (1977) Estas capacidades estão inseridas em seis áreas de desenvolvimento, o qual são as seguintes: desenvolvimento da motricidade geral; integração sensório-motora; habilidades perceptivo-motoras; desenvolvimento da linguagem; habilidades conceituais e habilidades sociais.

As áreas de desenvolvimento da aprendizagem são utilizadas com o objetivo de trabalhar a desenvoltura das habilidades do aluno. Em cada área são expressas definições e justificativas educacionais, acompanhadas de uma série de tarefas e atividades de aprendizagem organizadas em iniciais, intermediárias e adiantadas. (VALETT, 1977).

Para tanto, nas realizações das atividades de reabilitação, precisa-se planejar e avaliar cuidadosamente para perceber as respostas que o aluno dará ao tratamento, mediante as atividades realizadas. Com isso, o professor ou o psicopedagogo que vem desenvolvendo este trabalho junto ao aluno precisa está sempre atento para observar

o distúrbio de aprendizagem específico do aluno e os instrumentos utilizados para diagnóstico. Nesta mesma orientação, observar-se-á todo o andamento do tratamento que contribuirá nas avaliações que serão feitas.

As atividades executadas de forma conjunta com a participação do professor, do supervisor, do psicopedagogo e de um orientador educacional terão mais proveito no desenvolvimento de um bom resultado. Para Valett (1977, p.17) “O professor que se dedicar ao tratamento poderá selecionar um dos objetivos instrucionais [...] e tentar criar uma alternativa para o procedimento de ensino [...] incluindo a formulação de novos objetivos de aprendizagem [...]”.

Neste sentido, entende-se a participação eficiente do professor quando abraça o tratamento do aluno já trazendo para sua prática os objetivos de instruções que realiza diretamente na dificuldade de aprendizagem que o aluno apresenta. Com esta aplicação no ensino-aprendizagem da turma todos serão beneficiados.

Para compreender a primeira área que é o desenvolvimento da motricidade geral, afirma Valett apud

Drouet (1990, p. 31), “Consiste no desenvolvimento e na conscientização do indivíduo da atividade dos grandes músculos”.

Neste contexto, as atividades executadas na área do desenvolvimento da motricidade geral estão relacionadas à coordenação dos movimentos, sendo estes, coordenação motora grossa ou ampla.

Os exercícios trabalhados no desenvolvimento da motricidade geral são os seguintes: rolar, sentar, dançar, autoidentificação, localização do corpo, abstração do corpo, força muscular e saúde física geral. Para tanto, serão apresentados a execução do exercício de sentar, que tem como definição a capacidade que o aluno tem de exercer esta posição de forma ereta sem o apoio exigente do professor. A justificativa educacional explica que para trabalhar e aprender com eficiência, os alunos precisam ser orientados para relaxar e a manter-se sentados adequadamente para a leitura, escrita e outras atividades. (op. cit). Neste caso, o professor pode corrigir o aluno diante da postura incorreta, realizando demonstrações.

A atividade para ensinar a sentar corretamente pode ser feita em sala de aula e no pátio da escola com a utilização de cadeiras, mesas ou carteiras, boias ou pneus, esteiras, almofadas e aparelhos de som.

Com isso, a execução destes exercícios segue o roteiro que inicia com o relaxamento ao som de uma música suave, em seguida o professor faz a demonstração da maneira correta de sentar e o ângulo certo para ler e escrever. A postura correta para a leitura é com as costas contra a cadeira, cabeça erguida, e ambos os braços sobre a cadeira. (VALETT, 1977)

Além do exposto, aborda-se o exercício do arremesso que tem por definição a capacidade de lançar uma bola ou argola com um grau de precisão para atingir o alvo. O objetivo deste exercício é desenvolver a força dos braços e das mãos, a coordenação dos movimentos, a atenção e a visão. Percebe-se que este exercício contribui com o aluno portador do TDAH pelo fato de trabalhar a coordenação, a atenção e os movimentos. (op. cit).

Expõe-se a segunda área das habilidades básicas

que é a integração sensoriomotora ou sensoriomotriz, e para conceituá-la afirma Valett apud Drouet (1990, p. 40) “Esta área consiste no desenvolvimento integrado dos sentidos (visão, audição, gustação, olfato e tato), do equilíbrio e dos movimentos.”

Nesta dimensão, os exercícios que serão desenvolvidos envolvem todos os sentidos, trabalhando os movimentos e equilíbrio do corpo.

No entanto, para desenvolver no aluno o movimento e equilíbrio para alcançar o objetivo da integração sensoriomotora e sensoriomotriz são oferecidos os seguintes exercícios: equilíbrio e ritmo, organização do corpo no espaço, habilidade para reações rápidas e destrezas, discriminação tátil, sentido de direção, lateralidade e orientação no tempo.

Conforme os exercícios apresentados, serão demonstrados a definição e objetivo dos exercícios equilíbrio e ritmo, e lateralidade.

De acordo com Valett apud Drouet (1990, p.41):

Definição e objetivo: capacidade

de manter o equilíbrio do corpo e de movimentar-se com ritmo, coordenando movimentos amplos e finos (com as mãos, os punhos e os dedos). Estas atividades são fundamentais para a presteza e a agilidade de movimentos.

Mediante o contexto exposto, o aluno precisa ser capaz de equilibrar-se e movimentar-se ritmicamente, mantendo a ordem dos movimentos com a utilização dos membros superiores, para assim, instigar a agilidade do mover-se.

Sendo assim, as atividades trabalhadas para auxiliar o aluno na reabilitação do distúrbio de aprendizagem, nesta dimensão do equilíbrio e ritmo, são os seguintes: correr na ponta dos pés de um lado para o outro; andar sobre um tronco de árvore; usar jogos simples de equilíbrio; empilhar objetos sem deixar cair; usar ritmos variados de música e ensinar o aluno a seguir o ritmo. (VALETT, 1977).

Aponta-se o exercício lateralidade como uma contribuição eficiente para o bom desempenho da aprendizagem. Com isso, lateralidade tem sua definição.

Conforme afirma Valett (1977, p.143):

[...] a capacidade de integrar a realidade sensório-motora com o ambiente, através do estabelecimento da dominância homolateral de mão, olho e pé [...] a consistência da lateralidade na orientação do corpo em relação a situações de solução de problema reduz os conflitos psicomotores e favorece a integração sensório-motora e a aprendizagem.

Diante desta visão, o aluno precisa ser capaz de usar com consistência as mãos, olhos e os pés, tanto o esquerdo quanto o direito, em tarefas comuns que vem diminuindo os problemas psicomotores e colaborando para o aprendizado.

Indicam-se algumas atividades a serem desenvolvidas que são direcionadas por organização e dominância. Para a organização corporal, pratica-se o rastejar, engatinhar, andar e correr na direção de um alvo visual qualquer, bater bola com um bastão usando a dominância da mão e do olho.

Na dominância da mão, objetiva-se reforçar a

dominância do membro com mais força, sendo esta, a preferida pelo aluno. Esta prática acontece da seguinte forma: conduzir o aluno para apertar uma bola de esponja ou um pano com força, prender pegadores de roupa em um papelão, amassar papel, recortar papel, papelão e tecido, recortar estes materiais primeiro em tiras e depois seguindo as formas riscadas, escrever sinais ou letras com a mão dominante, motivando-o a usar a mão dominante em todas as tarefas.

Para tanto, na dominância do pé, o exercício a ser praticado é chutar bolas e pedras, pular com o pé dominante, selecionar objetos e pintar com os dedos dos pés. Estas tarefas são executadas com o membro preferido do aluno. (op. cit).

Já nos exercícios executados com a dominância do olho, os alunos são orientados a mirar alvos por meio de um tubo de papelão, e a olhar mediante buracos feitos em uma folha de papel e também a atirar em um alvo com uma bola, trabalhando sempre o olho dominante. (VALETT, 1977).

Apresenta-se a terceira área das habilidades básicas,

as habilidades perceptivo–motoras, que segundo Valett apud Drouet (1990, p.48); “Esta área consiste no desenvolvimento de capacidades de percepção e movimentos”.

Compreende-se, portanto, que serão trabalhados exercícios para estimular o ser perceptivo do aluno, viabilizando a conquista de uma atenção aguçada. Além disso, os exercícios que são realizados nesta área são: acuidade auditiva, decodificação auditiva, associação audioverbal, memória auditiva, sequência auditiva, acuidade visual, coordenação e acompanhamento visuais, discriminação visual de formas, diferenciação visual de figura-fundo, memória visual, memória visomotora, coordenação muscular visomotora fina, manipulação visomotora de forma e espaço, velocidade de aprendizagem visomotora, integração visomotora e percepções gustativas e olfativas. Todos os exercícios citados são executados com objetividade explicitando sua definição. (op.cit).

Dessa forma, será abordado de forma mais demonstrativa dois exercícios dos que foram citados anteriormente, que são coordenação e acompanhamento

visuais, e velocidade de aprendizagem visomotora.

Coordenação e acompanhamento visuais são definidos pela capacidade de seguir objetos e símbolos com o movimento dos olhos coordenados, tendo como objetivo preparar o aluno para acompanhar a sequência de material simbólico da aprendizagem, podendo ser letras, números, desenhos, pinturas e material de leitura. Com isso, o aluno é orientado a coordenar o movimento ocular.

Para tanto exemplifica Valett (1977, p.192):

Com a cabeça parada, o aluno deve ser capaz de mover os olhos, fixando-os em objetos estáveis em lugares variados, acompanhar objetos em movimentos tais como posições de dedos, seguir histórias em quadrinhos e textos, da esquerda para a direita, sem movimentos desconexos.

Neste sentido, o aluno receberá o auxílio do professor em sala de aula utilizando os objetos precisos para ser alcançada no aluno a coordenação ocular.

Nos exercícios realizados pelo professor junto ao

aluno, podem-se utilizar gravuras em série expressando história, textos impressos, lápis, borracha, tachinhas, giz, brinquedos de corda, papel sulfite, bola de borracha, jogo de ping-pongue. (Drouet, 1990).

O exercício velocidade de aprendizagem visomotora define-se pela capacidade que tem o indivíduo em adquirir habilidades mediante a repetição da experiência. A execução desta capacidade é desenvolvida com a direção de um objetivo.

Segundo Valett apud Drouet (1990, p.63):

O objetivo é que o aluno seja capaz de responder com velocidade cada vez maior às tarefas rotineiras e aprendizagem, tais como: habilidades motoras, em geral (pular corda, andar de bicicleta, etc) e tarefas comuns escolares (copiar números, letras, fazer contas, etc).

Mediante o exposto, o aluno será capaz de corresponder com agilidade às atividades cotidianas a partir de práticas de exercícios aprimorados, que possibilitem o

desenvolvimento das habilidades vasomotoras.

Para isso, o professor usará materiais como: corda ou bastão, pregadores, cordinha de varal, pinos de encaixe, caixa de classificações (caixa com seis, oito divisões que serve para reunir objetos semelhantes segundo uma ou mais características, por exemplo; cor, tamanho, forma, utilidade, etc), contas ou macarrão furado, fio de náilon ou barbante, brinquedos e objetos de formas e cores variados. (Drouet, 1990).

No entanto, a prática de exercícios de aprimoramento poderá ser realizada em sala de aula e no pátio da escola. Estes exercícios contribuirão com os avanços dos alunos com TDAH.

Na quarta área é apresentado o desenvolvimento da linguagem que, segundo Drouet (1990, p.63); “É o início da comunicação e expressão oral infantil”. Com isso, a presente área tem a intenção de desenvolver no aluno as seguintes habilidades: vocabulário, fluência na comunicação, articulação das palavras, compreensão de leitura, escrita e soletração.

Diante disso, demonstrar-se-á de forma mais nítida a habilidade vocabulário, compreensão de leitura, escrita e soletração.

Vocabulário define-se pela capacidade de compreender palavras, assim, o aluno precisa adquirir um vocabulário receptivo básico, que seja compatível com sua idade cronológica e com as orientações escolares.

Aponta-se que as atividades trabalhadas na habilidade vocabulário seguem as orientações do vocabulário imitativo, vocabulário prático e vocabulário simbólico. No vocabulário imitativo as atividades são realizadas a partir dos seguintes objetivos: desenvolver a sensibilidade do aluno fazendo-o imitar ações, por exemplo, bater palmas, bater os pés, bater tambor e pronunciar o som da batida, (bum), mostrar a figura de uma vaca (mu), cachorro (au, au), gato (miau) e fazer o aluno repetir os sons, até que ele aprenda. (VALETT, 1977).

Enfatiza-se que no vocabulário prático são utilizadas fotografias do aluno e de sua família para que ele identifique a pessoa apresentada, devendo conter também,

objetos familiares para que o aluno sinta e pronuncie os nomes. O professor pode ajudar o aluno a enriquecer o seu vocabulário apresentando jogos relacionados à saúde, trânsito e animais.

Já no vocabulário simbólico, o professor poderá usar gravuras ou modelos para a melhor fixação das palavras, levando o aluno a recortar as gravuras e montar um painel. (op. cit.).

Percebe-se que esta habilidade básica vem estimular o enriquecimento do vocabulário do aluno na relação com a figura, sons e objetos concretos.

Explicita-se a habilidade para lidar com palavras definidas pela capacidade do aluno de analisar palavras foneticamente. No entanto, o professor auxiliará o aluno a adquirir a capacidade de fazer associações fonéticas, separando as palavras foneticamente. (VALETT, 1977).

Indica-se que nas atividades para desenvolver no aluno a capacidade de lidar com palavras, o professor pode trabalhar as vogais e consoantes levando o aluno a imitá-lo. Após pronunciar as vogais e palavras pede-se

para o aluno associar sons, falando outras palavras com as vogais indicadas pelo professor. Podem-se confeccionar fichas com vogais e ensinar os sons, ler histórias para que o aluno identifique sons e letras, confeccionar com o aluno um livro de figuras de sons. Nas combinações consonantais primárias; br, cr, dr, fr, gl, pr, tr, bl, cl, fl, rr, lh, nh e ch, pode ser trabalhado por meio de jogos verbais acontecendo sempre com o estímulo do professor. (op. cit.).

Além disso, demonstra-se a habilidade básica, compreensão de leitura que pode ser praticada com o aluno disléxico, sendo assim, é definida pela capacidade de compreender o que leu.

Conforme afirma Valett (1977, p. 265):

Justificativa educacional: a compreensão de leitura requer um conhecimento do vocabulário e a capacidade de relacionar as palavras significativamente, sob a forma de sentença, parágrafos e histórias. A compreensão se desenvolve através da realimentação e considerações do que foi lido.

Mediante o exposto, o aluno com um bom vocabulário contribui com o entendimento do que se ler, facilitando para o significado das palavras mediante o contexto histórico, assim, o entendimento da leitura vai se aperfeiçoando conforme as considerações de texto.

Mostra-se a habilidade básica, soletração que proporciona ao aluno a capacidade de soletrar de acordo com sua idade. Conforme Valett (1977, p.277); “Definição: a capacidade de soletrar, tanto de forma oral quanto escrita”. Assim, é proporcionado ao aluno alcançar esta capacidade.

O exercício da capacidade de soletração precisa do conhecimento da ortografia das palavras, o conhecimento da grafia correta das palavras que o aluno vai desenvolvendo a partir das palavras simples à mais complexa, mas que tenham significado para o aluno. As letras em quadrinhos e pistas, sublinhadas, ajudam o aluno a soletrar e escrever as palavras corretamente. (op. cit.).

Percebe-se que a área, desenvolvimento da linguagem e suas respectivas habilidades básicas, tem uma contribuição relevante no tratamento de alunos com

dislexia.

No entanto, apresenta-se a quinta área do programa de recursos psicoeducacionais, que é a área habilidades conceituais. Que segundo Valett apud Drouet (1990, p.68); “Consiste em testar a habilidade de estabelecer os conceitos de quantidade, classe, número, medida, conjunto, forma, tamanho, espessura, posição no espaço e ordem”.

Entende-se que a presente área vem estimular as habilidades aritméticas abordando os diversos aspectos, lógico - matemático.

Assim, a área habilidades conceituais é composta pelas seguintes habilidades básicas: conceitos de número, processos, aritméticos, raciocínio aritmético, informação geral, classificação e compreensão. Para tanto, o exercício destas habilidades realizadas pelo professor contribuirão no tratamento do aluno que apresenta discalculia, que é um distúrbio na compreensão aritmética. (VALETT, 1977).

Aborda-se de forma mais detalhada as habilidades básicas, conceitos de números e processos aritméticos. Sendo assim, os conceitos de números têm sua definição e

objetivos.

Conforme afirma Valett apud Drouet (1990, p.68):

Definição e objetivos: capacidade de entender e utilizar os conceitos de quantidade, conjunto, número, numeral, posição e mediada. A compreensão matemática se inicia com a manipulação dos objetos, sua contagem e a comparação de quantidades em diferentes conjuntos. A criança aprende que existem símbolos para representar os números e que estes símbolos se chamam numerais. O objetivo dessa verificação é saber se a criança é capaz de agrupar os objetos em conjuntos, contar o número desses objetos em cada conjunto e reconhecer o numeral que representa essa quantidade.

Neste contexto, o aluno alcançará a capacidade do entendimento matemático no contato com objetos, fazendo relações com quantidade e número, assim, detecta-se a compreensão de conjunto que tem o aluno.

Para instigar no aluno a formação de conjunto e a

noção de quantidade podem-se usar balas, objetos variados de cores diferentes, tamanhos e formas diferentes, frutos, flores, barbante e formas geométricas. Para a utilização destes objetos executam-se atividades que estimule a compreensão do aluno, conceituando quantidade, conjunto, número e numeral e logo após conduz o aluno a exercitar, proporcionando experiências concretas.

A habilidade básica, processos aritméticos que envolve as quatro operações e sua definição segundo Valett (1977, p. 294); “A capacidade de somar, subtrair, multiplicar e dividir números inteiros, frações e números decimais.” No entanto, é trabalhada no aluno a capacidade de realizar as operações matemáticas, associando ao real da sua vida cotidiana, envolvendo os conceitos de números.

Para a aquisição desta capacidade matemática o professor que acompanha o aluno deve seguir os seguintes passos: apresentar a adição e subtração, mostrando por meio de ações concretas e utilizando a tabuada, expondo também as diferenças entre as duas operações e ensinar os símbolos; da mesma forma é feito com as operações,

multiplicação e divisão usando sempre a manipulação de objetos e os exemplos com o uso de frações e decimais. Este acompanhamento precisa de muita paciência, dinamismo e vontade de ver o aluno aprendendo. (VALETT, 1977)

A sexta área é determinada como habilidades sociais que se define com a capacidade de interação social dos alunos em que se aborda as habilidades, aceitação social, respostas antecipatórias, julgamento de valor e maturidade social.

Na área exposta serão mostradas as habilidades básicas, aceitação social e maturidade social.

A aceitação tem sua definição na capacidade que o aluno tem de interagir com os colegas, para ser socialmente aceito precisa-se aprender a ter autocontrole e espírito de coletividade, cooperação e boas maneiras nas relações interpessoais. Para isso, o professor em parceria com a família fará atividades que proporcione e estimule no aluno estas habilidades viáveis a convivência comunitária. (VALETT, p. 1977).

Neste sentido, se faz necessário nas atividades com

o aluno mostrar fotos da sua família fazendo referência à aceitação do ambiente familiar, realizar rodas de conversas para escutar o aluno e conhecer sua linha de pensamento. A partir desta conversa, o professor chegará educando, e observará como o aluno se comporta nas brincadeiras com os colegas e nos trabalhos em grupo.

A habilidade maturidade social, tem sua definição e objetivos que segundo Valett apud Drouet (1990, p.77): “Capacidade de assumir responsabilidades pessoais e sociais. O aluno deverá ser capaz de assumir responsabilidades no nível de sua idade para que aprenda a ser responsável no futuro, tornando-se um bom cidadão e assegurando seu sucesso pessoal”.

Diante disso, o aluno deverá estar socialmente amadurecido para assumir suas responsabilidades sociais. Para a realização desta maturidade o professor trabalhará noções de responsabilidade pessoal, onde ele irá sugerir a realização de debate em círculo na classe ou no pátio da escola, mostrar aos alunos os valores da vida e ensinar a fazer escolhas certas.

Com isso, o professor prestará uma excelente contribuição para a maturidade pessoal do aluno no exercício da cidadania.

Entretanto, diante das atividades propostas por meio do programa psicoeducacional elaborado por Valett, aponta-se como relevante a sua execução para a reabilitação do aluno com distúrbio de aprendizagem ao longo de todo seu tratamento.



CAPÍTULO

3

O PAPEL DA FAMÍLIA DIANTE DOS

DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM

É relevante o papel participativo da família diante do distúrbio de aprendizagem devido os pais e outros membros residentes no lar serem tão intrínsecos na história de vida do aluno, no conhecimento dos seus passos desde a gestação, no primeiro contato com a escola e na caminhada escolar.

No entanto, os pais, tem sua fundamental importância no processo de aprendizagem do seu filho, para isso, é necessária sua participação atenta neste processo.

Dessa forma, a família que tem o filho com o rendimento escolar limitado, apresentando características de distúrbio de aprendizagem, precisa exercer o papel de participante ativo, oferecendo condições adequadas para que o ensino-aprendizagem se realize com êxito.

De acordo com Weiss (2007, p.35); “A simples atenção da família ao se preocupar em levar uma criança a um profissional já é para ela o indicador de que os pais passaram a se interessar mais por ela [...]”.

Diante disso, a atenção à criança por parte dos pais em conduzi-la para um profissional, desperta nela o

sentir-se cuidada, em que este ato colabora para sanar sua dificuldade de aprender.

Nesta dimensão, é importante que os pais tenham uma postura atenciosa à rotina de estudo do seu filho, à sua alimentação, ao lazer e ao descanso. A partir deste comportamento dos pais, as tarefas da escola passam a ser vistas de forma prazerosa para o aluno, e não como uma pressão.

É papel da família fazer laços de parceria com a escola, em especial com o professor. Segundo Farrell (2008, p. 23); “Trabalhar em estreita colaboração com os pais é uma aspiração de todas as escolas [...]”.

Para tanto, é desejo da escola firmar esta parceria que viabilize a colaboração recíproca, para assim, manter a comunicação, as trocas de informações sobre as potencialidades e capacidades do aluno.

Diante do filho com distúrbio de aprendizagem, sendo dislexia, discalculia, TDAH ou outros, se faz necessário o contato interpessoal dos pais com o especialista que o acompanha nos trabalhos de intervenção.

Todavia, a família precisa adquirir conhecimento do distúrbio específico de aprendizagem que seu filho apresenta, para assim, saber trabalhar com ele e realizar ações que contribuam com o aluno e a escola.

Segundo Paula e Costa (2007, p. 31);

No dia-a-dia, a família tem a oportunidade para adquirir conhecimentos e informações relevantes, para apoiar e favorecer o desenvolvimento social, pessoal e educacional de seu filho com deficiência. Tal aprendizagem é fundamental para a tomada de decisões. Para tanto, exige paciência, otimismo, confiança e a certeza de que qualquer mudança, para ser alcançada, precisa do esforço conjunto de pessoas unidas por um mesmo objetivo.

Mediante a convivência cotidiana com o filho portador de distúrbios, a família vai adquirindo conhecimentos precisos, para a partir daí, ser uma força e apoio para facilitar a vivência educacional, pois a aprendizagem é necessária para o trabalho com este

indivíduo. Sendo assim, a postura da família diante de tal deficiência precisa ser sempre paciente e motivadora, pois, todo o trabalho para a realização de avanços acontecerá de forma coletiva com a colaboração de todos.

Portanto, percebe-se que a presença atenta da família ao acompanhar seu filho no processo de aprendizagem vem contribuir com a realização de um aprendizado eficaz, facilitado pelo incentivo familiar.

Conhecendo o comportamento do aluno no seu convívio familiar

Enfatiza-se que nas relações interpessoais no ambiente escolar os alunos expressam comportamentos distintos que chegam a refletir sua vivência do ambiente familiar, sendo que, cada aluno provém de lares diferentes. Neste sentido, para o professor desempenhar seu papel de facilitador da aprendizagem junto ao aluno, precisa conhecer o seu comportamento no convívio familiar.

Partindo dessa necessidade exposta, aplica-se

o método de investigação da realidade familiar do aluno por meio da escuta dos relatos feitos pelos pais em que são detectadas as relações destes com o não aprender do aluno, e também é revelada a causa dos diversos comportamentos expressos por eles em sala de aula e no lar que reside.

Conforme afirma Chamat (1997, p.22): “Para estudar a criança que apresenta a dificuldade de aprendizagem temos de adotar uma linha de investigação que nos leve à compreensão do indivíduo, da família, da instituição ou da sociedade”.

Para tanto, percebe-se que a prática da investigação é uma ação eficaz e reveladora que faz entender a criança com dificuldade no aprendizado a partir da compreensão dos ambientes que ela está inserida.

Além disso, detecta-se que os distúrbios de comportamento refletido pelo aluno têm uma grande influência das relações existentes na família. Para tanto, afirma José e Coelho (2004, p. 187): “Dentro da família existem problemas que afetam direta ou indiretamente a criança, refletindo-se no desempenho escolar”.

No entanto, encontram-se na escola regular crianças que tem seu rendimento escolar atingido pelas relações familiares conturbadas.

Diante disso, percebem-se na vivência familiar alguns problemas comuns como separação dos pais ou desentendimento, brigas na presença da criança, morte de familiar, superproteção, a enurese, que é um problema que afeta o lado emocional da criança, a ausência de cuidados, os vícios infantis que são distúrbios de comportamento causados pelo uso excessivo de drogas e álcool. Estas situações deixam a criança indisposta para enfrentar os problemas à sua volta. Tanto em casa quanto na escola a criança apresenta desinteresse pelo trabalho escolar, tendo em vista que os problemas citados provocam na criança comportamentos como, agressividade, angústia, solidão, carência afetiva, expressando sentimento de abandono, irritação, intolerância, desinteresse, euforia, apresentada por atitudes malcriadas, sendo desobedientes, com o uso de palavrões e com dificuldade para relacionar-se com os colegas. (JOSÉ e COELHO, 2004).

Tendo conhecido os comportamentos do aluno na sua vivência familiar, o professor compreende como o aluno interage com os colegas, com os objetos que o cercam, e em especial os relacionados ao estudo, como o caderno, lápis, livro e a própria tarefa.

Compreendendo o comportamento do aluno, a postura docente toma uma nova direção, viabilizando melhorias nas relações interpessoais em sala de aula.

Diante do exposto afirma José e Coelho (2004, p. 169):

[...] O mais importante é a modificação da atitude do professor no que diz respeito às crianças e aos métodos educacionais. À medida que manifestam mais respeito pela criança como indivíduo, os adultos tornam-se capazes de ampliar e aprofundar a compreensão que têm dela. Podem, assim, melhorar a capacidade das escolas em proporcionar saúde mental e, conseqüentemente, evitar o desenvolvimento de problemas de comportamento em seus alunos.

Neste contexto, a transformação da postura do professor em respeitar a criança como pessoa, como um ser pensante, amplia a compreensão da realidade da criança, realizando melhorias no ato educacional e na promoção de saúde mental em vista de evitar comportamentos conturbados.

Dessa forma, a importância em conhecer os comportamentos do aluno nas relações familiares, contribuem para a solução dos problemas escolares no que diz respeito a uma excelente aprendizagem.

Intervenções de parceria entre família x escola no tratamento dos distúrbios de aprendizagem

Faz-se necessário ressaltar a importância da parceria entre a família e a escola nas intervenções de tratamento do distúrbio específico de aprendizagem. Dessa forma, é importante a colaboração da família junto à escola, auxiliando na melhoria da autoestima da criança.

Os pais e professores são parceiros de um mesmo

objetivo e não rivais de uma disputa. Para isso, precisa-se de uma comunicação frequente a respeito dos ambientes que influenciam na aprendizagem da criança, observando os progressos alcançados através das relações do aluno com o meio e com as atividades de intervenção. Esta comunicação pode acontecer diariamente por meio da escrita e das visitas ao ambiente familiar e escolar, utilizando sempre o bom senso, com foco na cooperação mútua.

Indica-se que durante o tratamento os parceiros devem estar sempre em sintonia, assim conforme afirma Shaywitz (2008, p.180); “Os pais podem facilmente seguir as indicações do professor”.

Os pais colaboram com a escola quando ajudam a criança nos seus trabalhos escolares, nas lições, sem escrever para ele e deixando a criança resolver suas tarefas de matemática com o auxílio do pai, mãe ou de outra pessoa responsável.

Aponta-se que é necessária a organização do horário para o momento de estudar e fazer as tarefas de casa, para isso, os pais têm a função de mostrar seu interesse

pelos estudos do seu filho, e esta colaboração precisa ser prestada com paciência.

Segundo Solitto (2008, p.36) “Nesse momento, os pais podem ajudá-lo a superar essas dificuldades, mostrando que ela (criança) é a principal agente dessa mudança. Devem encorajá-la e encontrar saídas para que ela se sintam bem”.

Neste sentido, a motivação dos pais colabora para a superação das dificuldades encontradas no aprendizado da criança e na promoção do seu bem-estar.

Indica-se que às intervenções podem ser estabelecidas pela família e a escola, realizando um método de acompanhamento que facilitam no tratamento. Para a execução desta intervenção precisa-se de organização e planejamento.

No entanto, o planejamento do trabalho de intervenção realizado pelos pais em parceria com a escola terá um bom resultado quando for executado a partir de um direcionamento, em vista de atingir a criança solucionando seu bloqueio na aprendizagem. (CHAMAT, 1997).

Além disso, a escola oferece a formação do

conhecimento e do saber, sendo que a família tem a função de motivar essas tarefas realizadas no cotidiano escolar. Nesta dimensão, tanto a família quanto a escola são responsáveis pelo processo de aprendizagem do aluno. Para isso, estes parceiros têm o dever de ampliar seus conhecimentos na área de distúrbio de aprendizagem para melhor realizar a intervenção no tratamento do aluno.

O método de intervenção estabelecido pelas instituições parceiras inicia-se a partir do acordo realizado com a criança, procurando saber a melhor forma que ela consegue aprender. Em seguida, os pais e professores orientam o aluno a como organizar sua atividade, porém, toda orientação que for dada precisa ser feita de forma clara e curta. É importante, durante a intervenção, monitorar as tarefas procurando entender as necessidades e dificuldades emocionais e educacionais. Tanto na escola quanto em casa, é necessário propiciar um ambiente tranquilo, organizar a rotina diária proporcionando um tempo de descanso, e evitar corrigir a falta de atenção. Também é preciso, por exemplo, deixá-lo que saia para tomar água e não sobrecarregar o

aluno de atividades.

Além disso, a família pode incentivar o aluno a compreensão da leitura.

Conforme Shaywitz (2008, p.182):

Da mesma forma como os pais podem causar um efeito positivo na fluência e no vocabulário, podem fazê-lo na compreensão da leitura. Um estudo recente realizado com crianças de 7 e 8 anos determinou que o hábito de ler em casa era um forte indício do desempenho posterior. Os leitores competentes eram aqueles cujos pais mais liam para eles, sentindo-se mais inclinados a ler com os pais e falar sobre livros e histórias.

Neste contexto, o incentivo da família em ler junto do seu filho, mediante os estudos realizados, promove nele o hábito da leitura e o instiga a compreensão do que foi lido devido os pais fazerem comentários sobre o livro e contar histórias. Assim, os pais incentivam o filho a ser um ouvinte ativo para mais adiante tornar-se um leitor ativo.

A transformação familiar é consequência de mudanças religiosas, econômicas e socioculturais que influenciam diretamente no comportamento, nas atitudes e até na qualidade de vida e longevidade das pessoas. Segundo Turkenicz (apud FRANCESCHINI E PORTELLA, 2011, p.12): O século XX apresentou no que se refere à vida familiar, algumas tendências que podem ser observadas na imensa maioria dos países do mundo ocidental e inclusive de outras regiões do planeta. São elas: o aumento da expectativa de vida, a diminuição do índice de natalidade, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e um aumento nos índices de divórcios e separações. Dentro deste contexto, observa-se que toda mudança produz efeitos positivos e negativos, uma vez que os positivos foram bastante relevantes, mas no que se refere ao âmbito familiar percebe-se que as separações vêm crescendo muito, desencadeando sensíveis desequilíbrios emocionais e intelectuais de crianças e jovens, afetados mais duramente pela ruptura familiar. É necessário e urgente que se faça uma reflexão sobre os reais motivos de tanta separação entre os

casais, sobre a maneira de como os relacionamentos estão sendo tratados.

Pode-se compreender melhor a partir da afirmação de Turkenicz (op. cit.) no tocante a família nuclear:

A família nuclear foi a configuração hegemônica durante boa parte do século XX. Pai, mãe e filhos estavam instalados em uma relação efetivamente próxima e muito estreita. Outras relações de parentesco apareciam em órbita emocional consideravelmente mais distante, daí a ideia de núcleo, família nuclear. Promovida pela modalidade industrial de produção, foi ganhando hegemonia ao longo do século XIX. Essa família nuclear, tendo o pai como figura central, foi experimentando modificações: o grande patriarca foi perdendo este status. Mãe e filho deslocaram-se de seus lugares mais periféricos para ocupar um novo espaço.

As famílias foram se reinventando, conquistando novos espaços no trabalho e na vida social, especialmente a figura feminina (mãe) e filhos, estes por sua vez foram estabelecendo suas relações conjugais nas suas próprias

escolhas, daí foram surgindo os novos conceitos e relacionamentos familiares.

Atualmente o momento é de muita reflexão sobre a existência, não apenas de um único modelo de família, o tradicional, aquele formado por um pai, uma mãe e seus filhos, e ambos morando no mesmo teto e compartilhando a rotina diária, pois esse modelo de família mudou bastante nos últimos 50 anos.

Precisa-se reconhecer e ter um novo olhar para as novas configurações familiares, formadas por dois homens ou duas mulheres, pois surge um novo ramo do Direito de Família, o Direito Homo afetivo. Esse, por sua vez, busca assegurar os direitos decorrentes desses novos arranjos familiares, garantindo aos membros de todos os modelos de família, os mesmos direitos, um tratamento igualitário, com respeito mútuo, respeitando as diferenças e as diversidades. Portanto, Segundo Barbieri (apud FRANCESCHIHI E PORTELLA, 2011, p.111): Aliás, quando se fala em família, é preciso entender que o formato atual, este conjunto nuclear onde cada elemento tem funções específicas, direitos e

deveres, é uma invenção do século XVIII, da era industrial, ditada pela nova sociedade burguesa e capitalista.

Os agrupamentos sociais anteriores à era industrial tinham outro formato, eram bem mais amplos e organizavam-se de forma simplista: havia os reis e sua corte e os camponeses e os serviçais. A instituição da família, com limites de extensão e com uma forma particular de funcionamento e inter-relação pessoal, responde à necessidade de constituir um grupo pequeno, forte de confiança, para controlar e manter o capital.

Por isso há de se observar que essa nova configuração familiar vem desde séculos passados a partir dos contos maravilhosos e de histórias populares que se apresentavam em contextos diferentes transmitidos oralmente de geração em geração. Os vários contos como “Reinações de Narizinho” (LOBATO, 1993), “Chapeuzinho Vermelho” (PERRAUT, 1992), entre outros, demonstram que os conteúdos transmitidos eram o que viviam, de fato, os autores. Para melhor esclarecimento, Barbieri (apud FRANCESCHIHI e PORTELLA, 2011, p.112) afirma:

Por isso, nos contos maravilhosos, as relações de família são bastante peculiares, porque emergem de uma fonte extremamente popular e transmutam para o universo burguês, misturando influências. É verdade que os papéis fundamentais de paternidade e maternidade sempre foram construções universais. E que a supremacia do masculino sobre o feminino também foi uma construção sociocultural.

O que de verdade precisa se observar é que nestas narrativas os personagens constroem uma interessante realidade ficcional, no entanto, essa ficção atenta aos sentimentos humanos, pois a arte reproduz a vida, e ajuda a processar as grandes atribulações e as dificuldades da natureza humana, auxiliando para melhor compreender e resolver os problemas, porque esse mundo ficcional poderá reconstruir a complexidade do mundo atual, desenvolvendo nas pessoas os verdadeiros papéis culturais, que de fato se dava mais a figura masculina, pois o pai era o que dominava e a figura feminina obedecia. Hoje os papéis se inverteram,

as mulheres começaram a sobressair-se e passaram a assumir muitas vezes o papel dos pais.

Diante do contexto familiar atual as mudanças estão apresentadas na sociedade, no passado a família vivia uma união em geral, morando na mesma casa, com pai, mãe e os filhos. Com estas mudanças apresentadas, percebe-se que em muitos casos e em muitos lares, as famílias já não são mais assim, novas configurações familiares estão surgindo, que fazem parte do dia a dia escolar, e precisam ser urgentemente observadas com mais atenção para que os atendimentos por parte dos profissionais sejam iguais para todos.

Para Rubinstein (apud FRANCESCHINI e PORTELLA, 2011, p.87): atendimentos por parte dos profissionais sejam iguais para todos. A “boa” constituição do sujeito está em consonância com a tradição, isto é, o saber transmitido pelos adultos significativos.

A inteligência e a capacidade para beneficiar-se do letramento exigem a participação de um saber que não é apenas racional. Para interpretar criativamente um texto, há

necessidade da presença do sujeito, de suas marcas. Sem uso, não há reconstrução nem autonomia.

Dentro do contexto familiar, observa-se que o sujeito começa a existir antes de seu nascimento, no inconsciente dos seus pais, principalmente no da mãe, antes de seu nascimento, no inconsciente dos seus pais, principalmente no da mãe, pois deve prestar atenção muito nas crianças, quando ainda é pequena, para observá-la de que modo ela brinca e trata os brinquedos, suas ações enquanto pequena promoverá seu desenvolvimento no que se refere ao intelectual e a convivência com os outros. Assim, a família deve ser uma instituição encarada na totalidade, que se adeque nos mais variados conceitos que estão integrados em cada comunidade.

O QUE É FAMÍLIA

É algo esplêndido, que se pode construir, desenvolver e sobretudo aprender muitas coisas juntos, unidos com os mesmos objetivos. Sayão e Aquino (2013, p.9)

definem muito bem o conceito de família como aquiloque: designa o grupo de pessoas associadas por relações de consanguinidade ou aliança, as quais podem viver sob o mesmo teto, ou não. Trata-se tanto da sucessão de indivíduos vivos num determinado momento que mantêm entre si tais relações, quanto do conjunto de antes que têm ancestralidade comum, incluindo aqueles que a ela se agregaram, seja de modo perpétuo ou temporário. Família é uma instituição secular que, historicamente, se define pela ligação estreita e íntima entre pessoas que se dispõem a conviver e partilhar suas experiências vitais.

Percebemos que os diversos significados de família é algo magnífico, de muito tempo, como disse, secular, é preciso ser conhecedor de tamanha grandiosidade e responsabilidade, pois as pessoas que constituem essa instituição composta de pai, mãe e filhos ou também os que são adotados, caracterizam-se por apresentarem convicções ou interesses semelhantes que posteriormente vão desenvolver aquilo que foi construído junto.

Os laços de consanguinidade não têm prazo para

acabar, são eternos. Desenvolver aquilo que foi construído juntos. Mesmo após desaparecidos, a ligação de parentesco não termina, o ambiente que mantém a preservação dessas pessoas é o lar, lugar este imprescindível, que deve contar com hábitos regulares e amistosos, para poder proliferar uma geração afetuosa, despertando a autonomia, resguardando diferenças e singularidades de cada um. Sendo assim, a vivência familiar, terá menos chances de cada um. Sendo assim, a vivência familiar, terá menos chances de constrangimentos com seus componentes.

A família é um grupo de pessoas razoavelmente aceito pelos indivíduos, sobretudo na infância e na velhice, as ações quando valorosas podem estimular um melhor relacionamento na vida adulta, pois o uso abusivo dessas ações pode gerar constrangimentos de relacionamentos. É preciso estar bem atentos a essas ações, para não recebê-las com negatividade.

As ações familiares são importantes, principalmente na infância, e quando a criança vai crescendo elas tornam-se necessárias para interagir com outras

instituições, em especial a escola. É esta que mediará o envolvimento com o mundo público. Para que a relação com a escola produza bons resultados, os tempos e os espaços de atuação desta e da família devem ser diferenciados, porém, complementares, com uma boa relação entre ambas. É fundamental na infância e na juventude a aplicação dessas ações para que os resultados futuros sejam benéficos e que a generosidade trabalhada e acompanhada pela família, resulte em acolhimento e gratidão numa velhice.

A família é considerada uma instituição responsável por promover a educação dos filhos e influenciar o comportamento dos mesmos no meio social. O papel da família no desenvolvimento de cada indivíduo é de fundamental importância. É no seio familiar que são transmitidos os valores morais e sociais que servirão de base para o processo de socialização da criança, bem como as tradições e os costumes perpetuados através de gerações. O ambiente familiar é um local onde deve existir harmonia, afetos, proteção e todo o tipo de apoio necessário na resolução de conflitos ou problemas de algum dos

membros. As relações de confiança, segurança, conforto e bem-estar proporcionam a unidade familiar. A família é um dos elementos naturais da sociedade e tem direito à proteção da própria sociedade e do Estado. A palavra deriva do latino “famulus” que significa doméstico, servidores ou escravos. Para definir de forma extensa o conceito de família podemos falar de que é um conjunto de pessoas que moram no mesmo teto, que estão organizados e contam com regras e normas para o correto funcionamento dela, além de contar com vínculos afetivos ou consanguíneos.

NOVAS DEFINIÇÕES E ESTRUTURA FAMILIAR

É bastante defendido que pais separados, casais homossexuais, mães solteiras, avós responsáveis por netos e tantas outras configurações compõem núcleos que podem até fugir do idealizado pela sociedade, mas têm plenas condições de obter sucesso na educação de crianças e jovens sob sua responsabilidade. Para isso, é importante a colaboração do professor no sentido de combater os estigmas, pois a

sociedade moderna está mudando constantemente, todos os educadores que entendem essa realidade melhoram o relacionamento da escola com os pais ou responsáveis pelos alunos, e são capazes de fazer os estudantes se sentirem acolhidos e ainda aprenderem a identificar os verdadeiros problemas que os afetam. Para isso, é preciso compreender e entender a criança que os rodeia a fim de estabelecer um diálogo sincero e sem nenhum preconceito entre os envolvidos na educação dela.

É preciso fortalecer a criança desde cedo na parte de orientar para as mais diversas situações de escolhas pessoais, de modo que, seja prioritário o que é de mais sagrado, a importância do amor e a segurança de suas convicções para poderem superar as mais variadas realidades que a criança irá se deparar na escola e no cotidiano social. O que se observa dentro dessa nova configuração familiar é a falta constante de se manter informado sobre os inúmeros temas atuais, assim diz López (2002, p.28), “a família atual tem sérias dificuldades para oferecer todo o complexo de situações necessárias para o desenvolvimento integral da

personalidade infantil”.

Diante do pensamento citado, podemos confirmar que o diálogo aberto e esclarecido sobre perguntas que irão surgir no cotidiano do lar, e sem dúvida nenhuma, também na escola, deve, sim, serem respondidas com a mais transparência possível.

A família se transforma continuamente durante a história para acompanhar as alterações sociais, econômicas e culturais. Muitos fatores afetam sua configuração, a forma de seus membros se relacionarem e seu modo de ser e de educar os filhos. Nunca houve um modelo definitivo, principalmente na cultura ocidental. Para que isso aconteça, Lopez (2001, p. 44) afirma: equivaleria recordar um velho princípio da filosofia oriental segundo o qual se os outros estão em especial os que me rodeiam, eu também estarei. Isso é exatamente o oposto do egoísmo, que se deseja o bem-estar próprio e crê que quanto pior estão os outros, melhor é o estado próprio. Se uma proposta merece o trabalho de somar esforços coordenados da escola e da família é precisamente esta: a promoção da generosidade,

da participação de todos tudo o que está ao nosso alcance, porque sua felicidade será também a nossa.

Diante destas palavras é sempre bom lembrar a questão do respeito mútuo, o que não queremos para si, não desejamos para o próximo, trabalhar o resgate dos valores. Isso, sim, é necessário se manter viva, o que se aprendeu com os antepassados, que parece esquecido por esta sociedade atual, pois atualmente, há uma maior possibilidade de se estar conectado com o diferente porque se tem acesso a essa diversidade tecnológica que encaminham a possibilidade de novos conceitos sobre a identidade pessoal e planetária que, antes não havia essas fontes de pesquisa e acabava sendo para poucos, ou seja, para aqueles de maior grau intelectual e social.

Essa nova estrutura e definições familiares vêm sendo bastante comentando, pois dá ênfase a novos conceitos, a novas possibilidades de agir e atuar diante das mesmas.

No entanto, há um lamento social manifestado na ideia de que a família ‘desintegrou-se’, ‘desestruturou-se’,

etc. Cada vez mais, ouço mulheres fazendo essa observação. O que defina o sentimento da família tradicional eram, primordialmente, as funções reprodutivas e patrimoniais, ambas necessárias para a continuidade da linguagem. Por exemplo, o número mínimo de quatro ou cinco filhos era o modelo matemático ideal das décadas de 1950 e 1960. Isso muda a partir da década seguinte. Já nos anos 80, passam a ser dois, e atualmente é um. Esse decréscimo no número de filhos demonstra algo bastante interessante: existe uma dimensão econômica objetiva daquilo que é conotado com sentimento de família. Isso significa que a determinação passou a ser menos de ancestralidade, tradição, etc., e mais de ordem econômica propriamente. Os filhos passaram a custar demais. (SAYÃO e AQUINO, 2013, p. 31/32)

Percebemos que essas mudanças vêm ocorrendo com a diminuição da quantidade de filhos por ter que gastar mais e preocupação, quanto à forma como o casal convive um com outro, tudo mudou, basta que a sociedade também mude para acompanhar o ritmo das inovações, a mulher de hoje ficou mais independente, o homem pensa mais

diferente e assim por diante.

No entanto, a criança que chega à escola vem desses diversos ambientes familiares para se organizarem com os demais e desenvolver as inúmeras atividades que corresponde aos vários níveis de aprendizagem. De acordo com Kortmann (apud FRANCESCHINI e PORTELLA, 2011, p. 89): “É provável que, em nenhum outro período da história da humanidade, tenham ocorrido tantas e tão significativas mudanças nas relações familiares e no comportamento geral como em nossa época”.

São diversas transformações que vêm ocorrendo de tempos em tempos, saber transitar nestes espaços onde os mais variados conceitos devem ser elaborados e compreendidos pelas pessoas sobre este novo mundo e as novas ideias.

O PAPEL DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS

A família é a base, o começo de tudo, assim preconiza o artigo 149 da Constituição Federal (1988)

ao afirmar que: A educação é direito de todos e deve ser ministrado pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores de vida moral e econômica da Nação e desenvolva no espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

É bastante esclarecedor que é de uma responsabilidade enorme educar, cuidar de um ser para colocá-lo exposto na sociedade contendo diversas habilidades, principalmente social, um cidadão digno de conviver em grupo, de poder agir de forma coerente com o próximo, sem infringir os direitos do outro. Tendo em vista uma sociedade moderna, onde a família vive sem tempo, trabalhando integralmente, não tendo nenhum contato com seus filhos, não parando para interagir com ele, torna-se difícil essa relação, deixando para depois algo muito importante que é a educação de seu filho.

As famílias precisam e devem entender seu verdadeiro papel e saber abdicar de muitas coisas e procurar organizar-se mais para dar uma assistência melhor as suas

crianças. Destacamos a relevância dos valores familiares como sendo essenciais para a formação do estudante e cidadão, para serem pessoas dignas e de forte caráter na sociedade. Para tanto é interessante lembrar que a família é eterna, pois como afirma Aquino (2013, p. 29), “... familiares são aqueles aos quais não se pode acrescentar o prefixo ‘ex’. Não há ex-mãe, ex-filho, ex-avô, ex-tio. Ou seja, queiramos ou não, eles permanecem para sempre”. Portanto, cada vez mais aumenta as responsabilidades sobre os pais ou membros familiares pelos seus filhos, é preciso levar a sério seu papel e praticá-lo, objetivando sempre o melhor, mas sabendo exercê-lo, agindo de modo cauteloso e racional.

Segundo Bianchini (apud FRANCESCHINI e PORTELLA, 2011, p. 92): Registra a possibilidade de ampliar a inter-relação e a interação entre a família, a escola e o filho/aluno, na ação educativa. Acredita que o fortalecimento da união desses dois grupos culturais ajudará a promoção da aprendizagem dos filhos/alunos.

Então isso demonstra que essa interação está mais do que claro que dá bons resultados; por isso, é necessário

ser continuamente orientado sobre tal valor, para tomarem consciência e vão repassando para os outros, fortalecendo os mesmos ideais que são os de ensino/aprendizagem dos filhos/alunos.

Kortmann (apud FRANCESCHINI e PORTELLA, 2011, p. 93) afirma que ao analisarmos a dinâmica familiar a partir de uma visão sistêmica, ao analisarmos a dinâmica familiar a partir de uma visão sistêmica, verificaremos que ela “possui uma dinâmica própria, que transmite a vida e a cultura; constitui-se em um grupo de indivíduos que se mantém unido pela necessidade natural do ser humano: um ser gregário”.

Entendemos que é uma realidade natural que deve existir a convivência familiar, mesmo diante de todos os obstáculos, mas se faz necessário esta unidade familiar, pois ela é de fato a matriz das modalidades da aprendizagem, ela é quem começa todo processo e que o papel da escola é dar continuidade.

Nesse Contexto podemos afirmar que o papel da família é decisivo na educação da criança, em seus aspectos

informal e formal, uma vez que no seio familiar estão refletidos os problemas da sociedade e é lá, primeiramente, onde serão absorvidos os valores éticos e humanitários.

No dizer de Prado (1985) a família é uma instituição social e não um simples fenômeno natural. Assim considerada, a família vai apresentar diferentes formas e finalidades, pois estará sujeita ao contexto social onde estará inserida, sujeita às circunstâncias econômicas, políticas e culturais.

A família, independentemente do tempo e da situação, continua sendo responsável, juntamente com a escola, para o sucesso das crianças na construção do conhecimento. Partindo desta visão, podemos afirmar que a família é indispensável em todo esse processo.

A INTERAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

O papel de educar não é fácil, por isso família e escola precisam caminhar juntas, mas, sabendo a responsabilidade e o dever de cada uma. A família tem um

papel importantíssimo na vida dos filhos, é onde começa todo processo, desde a concepção ao nascimento e assim por diante, enquanto a escola já recebe os filhos com um conjunto de ensinamentos nos hábitos, nos costumes, na maneira de pensar, sentir e agir, ela vai aprimorar estes ensinamentos e exercer sua função a qual é a de ensinar conhecimentos, aprimorando a grande bagagem que o aluno traz com ele, isto seria o ideal, o óbvio, mas não é o que acontece na maioria das vezes.

Segundo López (2003, p. 13): “não é exagero afirmar que há certa sensação de impotência diante de uma situação que arrasta as duas principais instituições de educação: a família e a escola”. É notório que estas importantes instituições, não estão percebendo qual verdadeiro papel de ambas, e ampliando mais estas ideias.

Educar não é uma tarefa fácil. Afinal, hoje é preciso ir contra a corrente de certas tendências sociais de forte influência, como a preponderância da comunidade, o hedonismo, a facilidade na aquisição de bens, o egoísmo e outras manifestações da sociedade de consumo que não são

precisamente aspectos que ajudem a melhorar a consciência moral, individual e coletiva. (LÓPEZ, 2002, p.18/19)

Dando continuidade a este pensamento, os filhos precisam desde cedo receber limites, os pais ou responsáveis se manterem firmes diante de seus apelos, pois quem mais percebe as fraquezas dos adultos são as crianças. É neste ponto que está a grande responsabilidade dos pais, de como vai proceder ao conjunto de habilidades educativas, sua formação de personalidade.

Educar consiste em saber dizer não em algum momento. Embora hoje seja mais difícil fazê-lo, a necessidade de saber pronunciar uma negativa contínua vigente, em maior medida do que antes, pois as exigências atuais são bem mais amplas que as de outrora. (LÓPEZ, op. cit.)

Isto quer dizer que esta palavra tão simples que é dizer não para os filhos está faltando no vocabulário dos pais, esta sociedade é mais permissiva, o que está faltando no vocabulário dos pais, esta sociedade é mais permissiva, o que causa enormes problemas, levando as consequências

para a escola. É de extrema necessidade que a família e a escola mantenham-se com diálogos consistentes, firmes, com suas crianças, ou seja, exercendo uma autoridade, respeitando a personalidade dos filhos e dos alunos, em que tenham o direito de exprimir sua opinião. Autoridade não se impõe, se conquista. Para mais esclarecimento, López (2002, p. 20) diz: ... os pais são os principais responsáveis pela educação de seus filhos, e a tal responsabilidade não se pode renunciar. Para isso contam com a autoridade natural que vem do fato de serem os procriadores; portanto se trata de não perder essa autoridade, fazendo dela um uso adequado.

Então os pais não podem fugir dessa tamanha obrigação (dever), pois a escola recebe seus filhos para dar continuidade ao seu desenvolvimento intelectual.

Pois segundo López (2002, p. 23) “a escola se apresenta como o único lugar em que é possível a convivência com um grupo de crianças de certa idade.” Esta interação do grupo vai fortalecer a socialização que a vida em comunidade requer. É aí que se percebe como foi à

educação trazida do lar.

Quando pais e escola agem com o propósito de educar realmente as crianças, tanto os pais poderão colaborar com a escola por meio de novas ideias, quanto a escola poderá acrescentar novos pontos de vista à dinâmica familiar de seus alunos. Eis a parceria que certamente obterá os melhores resultados na formação de um ser humano.

Nesse entendimento, a educação dos filhos deve ocupar um lugar de destaque na dinâmica familiar. Para tanto, a informação pode ser um dos caminhos a ser utilizado, bem como a presença constante, o cuidado, o amor, o carinho e a dedicação. A valorização da escola como um lugar de aprendizagens deve estar do ideário familiar e “sem renunciar as devidas exigências ao professorado, os pais precisam sempre expressar, em palavras e atitudes, a confiança que depositam na instituição escolar e em seus docentes”. (LÓPEZ, 2002, p. 83)

É de suma importância que os pais ou responsáveis pelas crianças sempre demonstrem o interesse que tem pela escola, por conseguinte pelos professores, isso dá a

entender que a escola, na totalidade, é de fato prioridade para a família. Essa prioridade sendo executada muda-se toda uma estrutura, passa a ter uma harmonia entre as instituições, e o retorno, com certeza irá para seus filhos. A participação dos pais essencialmente necessária e acima de tudo, a harmonia entre as instituições, dará um retorno satisfatório para os seus filhos. A participação dos pais essencialmente necessária e acima de tudo, o respeito mútuo, cada um fazendo o que lhe cabe, será de muita valia para a aprendizagem intelectual e também social. E para obter maior esclarecimento, López (2002, p. 23) diz:

Sob a denominação genérica de socialização aparecem inúmeros comportamentos com nítida influência sobre a formação pessoal. Não se trata apenas dos hábitos de higiene ou de conduta à mesa, mas também dos de disciplina para guardar a vez, arrumar as coisas, ajustar-se a um horário, seguir indicações, etc. Supõe-se que nada disso é objetivo exclusivo da escola, tanto que se a família não os promove eles chegarão dificilmente a se consolidar.

Portanto, promover e desenvolver nos filhos a sabedoria educacional significa uma oportunidade de transformar uma pessoa não ser melhor, que servirão de base para a educação intelectual mais estrita.

É preciso convencer-nos de que a interação família e escola é de muita importância, ao que é destinado a cada uma, constituindo uma demonstração democrática e social, resultando na qualidade educacional das crianças, pois segundo López (2002, p. 83), “os pais têm o direito e o dever de participar na a escola porque são os responsáveis legais e naturais pela educação de seus filhos, pois também representam a sociedade receptora da ação escolar”. Portanto, se esta parceria não se concretizar na escola, não se pode alcançar uma educação coordenada e eficaz dos filhos e para que tal envolvimento seja bem-sucedido, é necessário que a escola cultive uma boa política de comunicação, chamar os responsáveis somente para reportar más notícias e pedir para que eles participem da vida escolar do filho, sem mais instruções, não é suficiente, as escolas precisam

oferecer diretrizes claras e diretas, tais quais: venha às reuniões de pais, certifique-se de que seu filho fez a lição de casa todos os dias, ofereça o melhor ambiente possível para a criança fazer as tarefas de casa, garanta que ele tenha material escolar em dia, etc.

O fortalecimento da interação família, escola e a comunidade é apenas uma das estratégias, as formações e treinamentos de gestores e professores poderão desenvolver também um ambiente propício à aprendizagem na escola, bem como, mantê-los e incentivá-los são prioridades que devem ser adotadas nas escolas.

RENDIMENTO ESCOLAR

Almeja-se que o aluno se desenvolva de maneira progressiva, apresentando sempre bons resultados, esses são os desejos tanto do professor, apresentando sempre bons resultados, esses são os desejos tanto do professor, quanto da família, mas não é o que acontece na maioria das escolas, pois é alarmante o desinteresse para aprender.

Em geral, muitas dificuldades e lamentações em sala de professor são as queixas sobre a falta de concentração dos alunos na realização das atividades propostas. A escola não pode funcionar dessa maneira, ouvindo essas lamentações, pois sua finalidade consiste precisamente em fomentar a reflexão para poder identificar tais problemas e buscar soluções.

Essa situação geral só agravará os casos já citados, em que existem causas concretas que provocam a falta de atenção na atividade, causas concretas que provocam a falta de atenção na atividade escolar. Mas, sem esperar que o problema surja em nossos filhos, é recomendável promover no meio familiar a prática do silêncio, que facilita a concentração no estudo ou permite a reflexão pessoal mediante a leitura e o diálogo. Também se aprende a escutar, e o trabalho intelectual demanda uma disciplina de ação que se obtém com a prática. (LÓPEZ, 2002, p. 92/93).

É preciso identificar quais problemas e do que se trata, quando provocados pela idade e principalmente pela desarmonia das relações familiares, deve-se procurar

descobrir onde estão os mesmos para poder agir de forma correta.

A concentração é essencial para o desenvolvimento intelectual, pois para aprender com normalidade, necessita-se estar em equilíbrio emocional, sem graves problemas psicológicos para poder realizar suas atividades escolares, pois requer muita energia no pensamento, por isso, os pais devem ter todo cuidado para que suas dificuldades não afetem o progresso escolar de seu filho, uma vez que, já na Constituição Federal de 1988 que, “a família é cor responsabilizada pela tarefa de educar seus filhos”. De modo que proporcioná-los o direito ao que lhe pertence, facilitará bons resultados no cotidiano escolar e familiar.

Acompanhar seu filho diariamente evitará bastante constrangimento, pois ele fica seguro e percebe que a família está preocupada. López (2002, p. 156) afirma que: “... o contato cotidiano entre pais e filhos; essa é a principal fonte de educação, que nunca será substituída por nenhuma

outra atividade, por mais moderna e sofisticada que seja.” Isso demonstra que a relação entre pais e filhos desenvolverá um conjunto de habilidades emocionais e principalmente cognitivas.

É preciso convencer-se de que a participação, diferenciada conforme o papel que cabe a cada setor da comunidade educacional, constitui, ao mesmo tempo, uma manifestação de democracia social e uma garantia de qualidade. Por certo, não se pode confundir a participação com a qualidade em si da educação escolar, porque a qualidade se refere aos resultados educacionais alcançados pela escola, enquanto a participação é apenas um meio. Contudo, trata-se de um meio fundamental, porque a educação não depende de si mesma, mas na maioria do papel que desempenha a família dentro e fora da escola. Como se dá com as outras habilidades humanas, é participando que se aprende a participar. (LÓPEZ, 2002, p. 83)

Portanto, os pais têm o direito e o dever de participar na vida escolar do seu filho para que ele alcance as competências necessárias a cada ano correspondente

ao que estuda, pois se eles não os fazem, os índices de aproveitamento dos seus filhos, não irão aparecer, é por isso que se tem uma abundância de alunos com baixo índice de aprendizagem, porque a falta de compromisso é imensa, ficando a escola sobrecarregada com alunos sem estímulos e indisciplinados, sem ter por quem chamar. Portanto, apresentar bons resultados e o aluno vivenciar todo um currículo escolar, assimilando-os, tendo coerência de fato do que foi estudado, é sem dúvida a melhoria e a qualidade dos serviços prestados, para melhor esclarecimento Weber (apud VEIGA, 2010, p. 100) diz:

Meios mais apropriados para chegar a determinado resultado (...). Em comparação com outros que talvez ofereçam o mesmo grau de perfeição, segurança e durabilidade do resultado, esses meios têm que ser também os mais econômicos quanto ao esforço que exigem.

Administrar esses dois critérios, o de aprender e não desperdiçar tempo, não é fácil. Consideramos esses

critérios essenciais para a obtenção de bons resultados, porém falta dentro das escolas, uma série de fatores que impedem realmente de ser executados, pois quando esses resultados são alcançados, a família e a escola só terão a ganhar e exercer seu papel social.

ATORES QUE INFLUENCIAM NA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

A participação da família no processo educacional tem sido intensamente explorada por estudiosos nas últimas décadas. Muitos desses estudos tinham por principal finalidade apontar os benefícios da integração família e escola e esclarecer como pode ocorrer a participação dos pais.

Para que tudo isso aconteça, é preciso que a família se organize, mesmo diante dos obstáculos existentes como a falta de tempo, trabalho fora, atenção ao esposo, organização do lar, entre outros, mas a preocupação e o cuidado com os filhos são de uma extrema urgência e muita

abdicação e dedicação. É evidente que o planejamento faz parte de cada um e dá muito trabalho, mas só irá existir de verdade, se todos, tanto a escola e os pais se prontificarem a realizá-lo.

Segundo Veiga (2010, p. 14): “Buscar uma nova organização para a escola constitui uma ousadia para os educadores, pais, alunos e funcionários.” isso de fato só vai existir se houver um enfrentamento corajoso pelas partes envolvidas, acreditando na mudança de uma sociedade melhor. A principal possibilidade para essa transformação é o empenho de nunca desistir, porque a criança de hoje, o adulto de amanhã não é o mesmo de outrora, é claro que eles dão mais trabalho, a humanidade mudou, a modernidade está estampada nos avanços tecnológicos, precisa-se acompanhá-los, mas com moderação e ministrando com sabedoria as melhores maneiras para conduzi-los.

Heller (apud VEIGA, 2010, p. 19) afirma que:

A liberdade é sempre liberdade para algo e não apenas liberdade de algo. Se interpretarmos a liberdade apenas como o fato de sermos livres

de alguma coisa, encontramos-nos no estado de arbítrio, definimo-nos de modo negativo. A liberdade é uma relação e, como tal, deve ser continuamente ampliada. O próprio conceito de liberdade contém o conceito de regra, de reconhecimento, de intervenção recíproca. Com efeito, ninguém pode ser livre se, em volta dele, há outros que não o são!

Por isso é preciso que a família e escola também estejam abertas ao novo, dispostas para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar os conhecimentos adquiridos e direcioná-los em um único objetivo, a coletividade das duas instituições citadas, pois com essa unidade, as relações só irão ganhar.

O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE INTERAÇÃO COM A FAMÍLIA

A escola é uma instituição em que unifica vários grupos de diversas classes, promove esse contato um com

outro de forma espetacular, mas para isso é necessário um projeto bem elaborado pelos que fazem a instituição com a participação de pessoas que estejam sempre dispostas a buscar algo novo, se capacitar, que tenham perfil de líder para comandar o restante do grupo e promover a interação do que é de mais importante: a família em conjunto com a escola, pois como diz

Arendt (apud VEIGA, 2010, p. 92/93):

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fossem a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las aos seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disto com antecedência para a tarefa de renovar o mundo comum.

A escola tem que elaborar caminhos, facilitando a vida dessas crianças, que estão ali para aprender, não tendo culpa de sua realidade, que na maioria das vezes é cruel. Então essa busca de aprender, não deve estar reservada a alguns poucos, mas a todos, pois é possível oferecer dois elementos essenciais a vida deles, primeiro a aspiração e o segundo a possibilidade verdadeira da autoria de sua própria história. Mas para isso, todo o processo é longo e trabalhoso, porque existem grupos de profissionais da educação com visões arcaicas e não percebe a necessidade e de como trazer a família para junto da escola e construir coletivamente encaminhamentos relativos aos dois grupos envolvidos.

Gosto da ideia de que o mundo democrático tem de ser sustentado por instituições que funcionem, e que nelas há lugares distintos para seus protagonistas. Que esses lugares sejam ocupados de modo competente e generoso é o que se espera quando se pensa em democracia social. Em contrapartida, as tais práticas libertárias parecem-me

uma espécie de importação caricatural dos mecanismos da democracia política, cujo princípio organizador é o da igualdade representativa. (SAYÃO E AQUINO, 2004, p. 11)

A escola aliada a família devem ser instituições que garantam um melhor ensino para tornarem as pessoas um cidadão de bem que pratiquem seus direitos e tenham seus deveres garantidos na sociedade. A questão fundamental dessas duas instituições não é somente a presença da família na escola, mas o tipo de relação que se estabelece entre elas. A instituição escolar é quem detém o conhecimento intelectual e pedagógico, pois irá juntos construir o saber do seu filho, a família assumindo a responsabilidade de pai (ou responsável) e a escola a de promover o conhecimento, pois cada uma terá seu papel e funções verdadeiros, são nessas condições que se educam as crianças e jovens.

O desejo de uma educação de qualidade se faz necessário com a participação da família na escola, ensiná-lo o valor do ensino e a necessidade de se respeitar o próximo, valorizar o professor, são de extrema importância que a família os façam. A escola ajuda na escolarização do

filho e a família na sua disciplina. “A escola nunca educará sozinha, de modo que a responsabilidade educacional da família jamais cessará. Uma vez escolhida a escola, a relação com ela apenas começa. É preciso o diálogo entre escola, pais e filhos”. (REIS, 2007, p. 6).

É necessário sair da polarização e buscar a integração, pois se a escola sozinha não garante uma boa educação, a família, tampouco, conseguirá oferecer uma educação integral para seus filhos. Para superar essa dicotomia deve entrar em cena o trabalho em equipe que tenha por excelência a colaboração e o compartilhamento. Enfim, a parceria.

Portanto, é relevante a participação da família junto à escola nos trabalhos de intervenção do aluno com distúrbio de aprendizagem, pois, ambas se completam na intenção do tratamento realizado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Distúrbios de aprendizagem são perturbações ou alterações que atingem o comportamento do aluno dificultando sua aprendizagem. Assim, o estudo realizado alcançou seus objetivos com êxito, pois abordou-se com clareza os distúrbios específicos que acarretam perturbações no desenvolvimento da aprendizagem. Sendo assim, as identificações das atividades a serem desenvolvidas com os alunos que trazem distúrbios de aprendizagem foram bem esclarecidas e servirão de suporte teórico para prática dos professores interessados. Além disso, o comportamento dos alunos no convívio familiar tornou-se conhecido a partir dos relatos realizados por membros da família e pela parceria feita entre a escola e a família.

Diante do estudo realizado com o auxílio de subsídios teóricos, percebeu-se que o professor junto à família tem uma forte influência no processo de aprendizagem do aluno, e em especial dos que trazem algum distúrbio específico de aprendizagem.

Dentre tantas conclusões a que se pode chegar, aponta-se que é possível a aquisição do conhecimento dos

distúrbios específicos de aprendizagem adquirido pelo professor por meio do auxílio prestado pelos profissionais especialistas que definem junto dele o diagnóstico do distúrbio ou de outro problema que tem seu aluno.

Também, indica-se como positivo o trabalho em conjunto do professor com a família no processo de aprendizagem do aluno por meio dos relatos da sua vivência cotidiana, fornecido tanto pela família quanto pelo professor. Assim, é importante esta parceria nas atividades de reabilitação do aluno, pois trará bons resultados.

A intervenção e o planejamento em sala de aula das professoras são atualmente as únicas medidas que eles podem fazer para melhorar a situação do aluno com dislexia. Lamentavelmente, ainda não se tem outra medida a tomar. Como o diagnóstico é imprescindível e também é realizado por uma equipe multidisciplinar com formação específica, e a dislexia é concluído em caráter de exclusão, esse diagnóstico favorece a abordagem desse professor para que ele intervenha com seu conhecimento e plano de ação.

O professor é o mediador que pode incentivar,

estimular e fazê-lo acreditar em si, a sentir-se forte, capaz e seguro. Acreditamos que com essas medidas a criança disléxica terá mais sucesso. Faz-se urgente um trabalho de divulgação e conscientização entre os profissionais da área de educação, com o propósito de promover a importância do diagnóstico precoce, bem como a intervenção para facilitar a recepção da leitura, linguagem escrita e aritmética.

A criança com dislexia, embora, perca alguns aspectos importantes para o pleno desenvolvimento da linguagem, também terá déficits maiores quanto ao aspecto cognitivo, social e intelectual.

A pesquisa realizada apresentou algumas hipóteses a serem analisadas consoante os resultados, concluiu-se que: O professor tem um papel fundamental para viabilizar esse diagnóstico, haja vista que a dislexia pode ser diagnóstica e tratada precocemente, pois minimiza os impactos emocionais e comportamentais evitando que a criança deixe suprir suas dificuldades e prossiga no processo de alfabetização. Uma intervenção bem sucedida depende exclusivamente de uma avaliação adequadamente

critérioria. E dentro desse contexto o professor com formação continuada contribui com o ato de educar, pois, aprimoram suas práticas, seus saberes, suas opiniões, conhecimento, experiência e segurança para trabalhar com crianças que apresenta dificuldade de aprendizagem.

Portanto, considera-se relevante a realização do estudo no que concerne o conhecimento adquirido dos distúrbios de aprendizagem e de como lidar com alunos que trazem tal distúrbio, tanto em um âmbito profissional como familiar que contribuirá na prática profissional no trabalho psicopedagógico. As dificuldades encontradas serviram de embasamento para a realização de pesquisas mais aprofundadas. Assim, sugere-se que seja feito novos estudos a partir do conhecimento aqui construído.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, R. V. Deficiente físico: novas dimensões da proteção ao trabalhador. São Paulo: SP. 2007. p. 30-41.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA. (ABD). Disponível em <http://www.dislexia.org.br>. Acesso em novembro de 2007

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISLEXIA (ABD). O que é a dislexia. Disponível em: <http://www.dislexia.com.br>. Acesso em: 16/07/2017 às 17h.

ÁVILA, Selma Cristina Moissa. Fatores que condicionam professores sucesso. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente. 2005. 63 f.

BARBOSA. Priscila de Sousa. Dificuldade de Aprendizagem. Universidade Estadual do Maranhão. Núcleo de Tecnologias para Educação UemaNet. Campus Universitário Paulo VI. São Luís MA. 2015. Disponível em: <http://www.uema.br>; <http://www.umanet.uema.br>; Acesso na internet em 28/07/17 às 10h.

CHAMAT, Leila Sara José. Relações Vinculares e Aprendizagem: um enfoque psicopedagógico. Vetor. Cubatão, 1997.

DROUET, Ruth. Distúrbios da Aprendizagem. Ática. São Paulo, 1990.

ELLIS, Andrew W. Leitura escrita e dislexia: uma análise cognitiva. Tradução: Dayse Batista: 2 ed.; Ed. Arimed. Porto Alegre. Artes Médicas. 2001.

FARRELL, Michael. Dislexia e outras dificuldades de aprendizagem específicas: guia do professor. Artmed. Porto Alegre, 2008.

JOSÉ, Elizabete da Assunção e COELHO, Maria Teresa. Problemas de Aprendizagem. Ática. São Paulo, 2004.

JONHSON, D. J. & MYKELEBUST, H. M. Distúrbios de aprendizagem. Princípios e praticas educacionais. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1987.

LUCZYNSKI, Zeneide Bittencourt. Dislexia: você sabe o que é? Curitiba: [s.n.], 2002.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do Trabalho Científico. 6ªed. São Paulo. Atlas, 2001.

MARTINS MA, Capellini SA. Intervenção precoce em escolares de risco para a dislexia: revisão de literatura. Rev

CEFAC. 2011;13(4):749-55.

OLIVEIRA, Rui. Neurolinguística e o Aprendizado da Linguagem. Rasper, Catanduva, 2000.

PAULA, Ana Rita e COSTA, Carmem Martini. A hora e a vez da escola em uma sociedade inclusiva. Ministério da Educação, secretária de Educação Especial. 2ªed. São Paulo, 2007.

REGO, T. C. Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.

ROTTA, Newra Tellechea; OHLWEILER, Lygia e RIESCO, Rudimar dos Santos. Transtorno de Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar. Artmed. Porto Alegre, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. (1941) – Metodologia do trabalho científico / -23. ed. Red. E atualização. Cortez, São Paulo, 2007.

SHAYWITZ, Sally. Entendendo a Dislexia: um novo e completo programa para todos os níveis de problemas de leituras. Artmed. Porto Alegre, 2008.

SELIKOWITZ M. Dislexia e outras dificuldades de

aprendizagem. Rio de Janeiro: Revinter; 2001.

SOLITTO, Rosemary Helena chagas. Tcc Avaliação Escolar para alunos disléxicos. Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem. Disponível em: <http://www.crda.com.br/>, São Paulo, 2008. Acesso em 04/04/2010.

VALETT, Robert. Tratamento de distúrbios da aprendizagem: manual de programas psicoeducacionais. Pedagógica e Universitária. São Paulo, 1977.

WEISS, Maria Lúcia. Psicopedagogia Clínica: uma visão diagnóstica dos problemas de aprendizagem. Lamparina, Rio de Janeiro, 2007.

Da autora



Acilina da Silva Candeia

Natural de Patos, Paraíba, nascida em 26 de Junho de 1979. Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Mestra e Doutora em Ciências da Educação, Mestranda em NeuroEducação e Graduanda em Psicologia e Graduada em Gestão de Recursos Humanos. É presidente da Veni Creator Christian University (Orlando-FL), que possui e-campus em Londres, Portugal, Canadá, Índia, Brasil e Nova Zelândia. No Brasil é presidente do Instituto Veni Brasil.

Fundou um trabalho de responsabilidade social - 'Projeto Qualifique-se', tendo a mulher como público-alvo e visando a orientação socioprofissional para mulheres, o fortalecimento da formação profissional e o incentivo para

geração de renda.

Tem ampla experiência na área de Educação, com ênfase em Psicopedagogia, e especificamente em Distúrbios de Aprendizagem e deficiência Intelectual.

Foi orientadora social na Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Patos (PB)- PETI e coordenadora de ensino religioso na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba. Ainda, foi coordenadora de educação inclusiva da sala de recurso multifuncional na 6ª Gerência Regional de Educação (2011), na Secretaria de Estado da Educação da Paraíba. Entre os anos de 2012 a 2017, foi Coordenadora Pedagógica na Ação Social Diocesana de Patos.

Política e Escopo da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos

entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo contínuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).

O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigo se dá inicialmente na submissão de artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em

nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, com o objetivo de viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a publicação de uma obra completa referente a monografias,

dissertações ou teses de doutorado.

O público terá terãõ acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



Esse novo ebook produzido pela pesquisadora Acilina da Silva Candeia apresenta a relevância do trabalho em parceria do professor e família para auxiliar o processo de ensino e aprendizagem de crianças e adolescentes com distúrbios do aprendizado.